

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**21/02/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE****DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****21/02/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Bom-dia. Aberta a sessão.

Audiência sobre o caso do desaparecido político Edgar de Aquino Duarte, 21 de fevereiro de 2013, Auditório “Teotônio Vilela”, agora pela manhã.

Está instalada a 7ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 21 de fevereiro de 2013, às 10:00h, nesta Assembleia Legislativa, no Auditório “Teotônio Vilela”, para a oitava de depoimento sobre o caso de Edgar de Aquino Duarte, desaparecido em junho de 1973.

Esclarecer que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público.

Formação da Mesa. José Damião de Lima Trindade, procurador do Estado, ex-preso político, militante dos direitos humanos e depoente sobre o caso como testemunha; Pedro Rocha, ex-preso político, depoente sobre o caso como testemunha; Ivan Akselrud Seixas, coordenador da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, depoente neste caso como testemunha; Amelinha Teles, assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, depoente neste caso como testemunha; André Tetsuo Ota, professor de física da UEL, depõe como testemunha. Nós estamos aguardando a chegada do Arthur Scavone.

A Vivian está projetando na tela a nota que eu vou fazer, nós estamos projetando a nota de repúdio da Comissão da Verdade, mas vou fazer a leitura, em seguida, quando chegar a versão impressa, porque o caso do delegado, ora promovido, para assumir a delegacia em Itatiba. Na segunda-feira foi publicada, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a indicação do delegado Carlos Alberto Augusto ao cargo de delegado de polícia de segunda classe do Município de Itatiba.

Então, como esse senhor tem tudo a ver com a audiência que nós estamos realizando hoje, oficialmente, vou ler a nota de repúdio que a Comissão Estadual da Verdade redigiu para que fique consignado o absurdo, primeiro do caso do Edgar de

Aquino Duarte, que é um caso que não tem precedente, não tem nenhuma justificativa, esse senhor, em pleno estado democrático de direito, continuar nas suas funções.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” repudia a nomeação de Carlos Alberto Augusto ao cargo de delegado de polícia de segunda classe do Município de Itatiba, São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

O delegado é réu num processo criminal movido pelo Ministério Público Federal pelo crime de sequestro qualificado do corretor de valores Edgar de Aquino Duarte, em junho de 1971. Junto com ele são réus, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI, no período de 1970 a 1974, e o delegado aposentado Alcides Singillo. A denúncia movida pelo procurador Sérgio Suiama foi acolhida pela Justiça Federal, em 23 de outubro de 2012.

Carlos Alberto Augusto é acusado do envolvimento em desaparecimentos e de comandar sessões de tortura no Departamento de Ordem Política e Social durante a ditadura militar, de 1964 a 1985. No DOPS trabalhou de janeiro de 1970 a 1977, onde foi apelidado de Carlinhos Metralha, pois costumava andar pelos corredores do departamento portando uma metralhadora.

Augusto era subordinado de Sérgio Paranhos Fleury, de quem defende a memória organizando homenagens, como uma missa convocada para celebrar os 30 anos da morte de Fleury, ocorrido em 2009.

Familiares, amigos, ex-policiais militares do DOPS e informantes contaram com a sua presença à missa.

Augusto fez uma missa macabra, organizada por esse senhor, em homenagem aos 30 anos da morte, em 2009, do delegado Fleury.

Augusto ajudou a organizar o massacre da Chácara São Bento, ocorrido em São Bento, Pernambuco, em 1973. Na ação, feita com a participação do agente infiltrado Cabo Anselmo, de quem Augusto é amigo, e seis militantes da organização PPR foram executados.

Então, essa é a nota de repúdio à nomeação de Carlos Alberto Augusto, para delegado de segunda classe no Município de Itatiba, que tem tudo a ver com a sessão da comissão que vai ser realizada hoje.

**A SRA. VIVIAN MENDES** – Primeiramente bom-dia a todos e a todas. Sou Vivian, sou assessora técnica da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Edgar de Aquino Duarte, desaparecido desde junho de 1973. Dados pessoais, Edgar de Aquino Duarte, nascido em 28 de janeiro de 1941, em Bom Jardim, Estado de Pernambuco, Brasil. Nome falso, Ivan Marques Lemos. Organização política, não tinha participação em nenhuma organização específica.

Dados biográficos, Edgar de Aquino Duarte ingressou na Marinha tão logo terminou o colegial. Chegou a ser cabo do corpo de fuzileiros navais, participou da associação de marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, quando foi dado o golpe militar em 1964.

Devido à sua destacada atuação junto à famosa revolta dos marinheiros, que se deu ainda no governo civil de João Goulart, Edgar foi obrigado a se exilar no México, e de lá foi para Cuba. Retornou ao Brasil em 1968, e viveu clandestinamente em São Paulo até sua prisão em junho de 1971, realizada pelo DOPS-São Paulo e DOI-CODI-São Paulo. Nessa ocasião trabalhava na bolsa de valores.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi preso em seu apartamento, na Rua Martins Fontes, 268, apartamento 807, na Consolação, em São Paulo. É importante destacar que o cabo Anselmo, agente infiltrado que causou graves danos às organizações de esquerda, encontrava-se hospedado em sua residência e o cabo Anselmo teria sido preso antes dele, segundo informações do próprio Edgar, que achava que o cabo o teria entregado para a polícia.

Edgar de Aquino Duarte ficaria na prisão, no DOI-CODI-São Paulo e no DOPS-São Paulo por dois anos, quando então teria desaparecido, a partir de 22 de junho de 1973, última data em que foi visto pelos presos políticos nas dependências do DOPS-São Paulo.

São testemunhas do caso Pedro Rocha Filho, Arthur Machado Scavone, Ivan Akselrud Seixas, Altino Dantas, Lenira Machado, José Damião de Lima Trindade, Maria Amélia de Almeida Teles, César Augusto Teles e Virgílio Lopes.

Agentes policiais devidamente indicados no processo aberto pelo Ministério Público Federal: Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI, do Segundo Exército, que participava ativamente da coordenação das atividades de captura, encarceramento clandestino, tortura, morte e desaparecimento de corpos de ativistas políticos; delegado da Polícia Civil aposentado Alcides Singillo, que era um dos delegados do DEOPS-São Paulo por ocasião dos fatos e que teria encaminhado um despacho ao advogado Virgílio Egídio Lopes Enei, afirmando que Edgar estava preso no DEOPS-São Paulo, mas que havia sido libertado; Carlos Alberto Augusto participou

no sequestro de Edgar de Aquino Duarte, para capturá-lo, como também na ocultação da vítima, inicialmente no DOI-CODI e depois no DEOPS-São Paulo, onde o policial estava lotado.

Providências posteriores. Diversas denúncias feitas pelos presos políticos da época, na justiça militar, no Comitê Brasileiro pela Anistia e pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Denúncia à justiça federal encaminhada pelo Ministério Público Federal contra os policiais Carlos Alberto Brilhante Ustra, Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto.

Seu nome consta no anexo da Lei 9140/95, que reconhece a responsabilidade da morte de militantes políticos desaparecidos e indeniza seus familiares.

Autoridades responsáveis pela apuração do sequestro e desaparecimento forçado de Edgar de Aquino Duarte: Procurador Geral da República Marlon Alberto Weichert e o Procurador da República Sérgio Gardenghi Suiama.

Informações retiradas do dossiê Ditadura, mortos e desaparecidos políticos no Brasil, de 1964 a 1985, do Instituto de Estudos sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2009, e da petição feita pelo Ministério Público Federal.

Informações obtidas na petição encaminhada à justiça federal pelo Ministério Público Federal e aceita como procedente.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tem a palavra Ivan Seixas.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Bom-dia a todos e a todas. Deputado Adriano Diogo, meu nome é Ivan Akselrud Seixas, fui preso em 1971, no dia 16 de abril, junto com meu pai. Nós fomos presos juntos, fomos torturados juntos, meu pai foi assassinado na tortura.

No dia 14 de maio, eu fui levado para o DOPS e fiquei lá durante um bocado de tempo, muito tempo. Por volta de 30 de maio, 1º de junho, foi levado para o fundão da carceragem do DOPS, que eram as celas individuais onde eram mantidos os presos que eram torturados e talvez seriam mortos, passa uma pessoa com uma jaqueta sobre a cabeça e é levada para o fundão, conduzida por vários policiais da equipe do Fleury, e essa pessoa é colocada lá.

Soube-se, através de comentários dos próprios policiais, que aquele seria o cabo Anselmo, e assim que os policiais saem lá para cima, a carceragem era fechada e aí um

companheiro da minha cela, que era a cela 6, que ficava do lado da porta de entrada para as quatro celas do fundão, ele foi até a portinhola da cela e perguntou: Anselmo, é você que está aí? Não houve resposta, em seguida perguntou de novo e aí a pessoa que estava lá falou: sou eu, está tudo bem, não se preocupem. E ficamos com aquela informação que o cabo Anselmo estava ali.

Depois ele subiu e na vimos mais aquela figura, sempre com a cabeça coberta por uma jaqueta, um pano, qualquer coisa assim.

E, alguns dias depois, é levado para o fundão uma pessoa, que era um homem alto, magro, também com a cabeça coberta, levada para o fundão, e a gente não sabia quem era exatamente aquela pessoa. Alguns dias depois eu fui levado para o fundão, para me esconderem lá ou alguma coisa assim, e eu converso com a pessoa que estava na cela ao lado, que era o Edgar. Eu pergunto quem está aí e ele fala: Edgar. Edgar de quê? Edgar de Aquino Duarte, mas o nome que eu devo estar preso, porque ele não sabia, é Ivan Marques Lemos. E você? Eu falei: também chamo Ivan, mas é meu nome verdadeiro, Ivan Akselrud Seixas. Então, a gente passou a informação um para o outro, que era uma norma que a gente tinha, de falar, porque a pessoa podia dizer que você estava preso e você falar dela, para todo mundo poder saber, porque a chance da pessoa ser morta era constante.

E nós conversamos, aí ele me falou que ele tinha sido preso, que o cara que morava com ele era o cabo Anselmo, que ele achava que tinha sido preso também, porque ele não tinha notícia. Só que isso é dia 10, 12 de junho. Eu falei para ele que entrou um cara aqui com a cabeça coberta, a gente chamou e falou e ele confirmou que ele chamava Anselmo, que era o cabo Anselmo. Ele falou: então mataram ele.

E aí ficou com aquele negócio que tinham matado, era um cara muito procurado e não sei mais o quê.

Em seguida me retiraram, alguns dias depois, do fundão, voltei para a cela comum, mas uma cela distante do fundão, e eu vi o Edgar várias vezes sendo levado para o pátio de sol, que era um corredor, como está lá no Memorial da Resistência, e a gente via ele lá e falava com ele, mas muito rapidamente, porque tinha uma vigilância muito grande.

Depois disso eu, alguns meses depois, eu fui levado para o Presídio Tiradentes, fiquei lá alguns meses, e fui, em 10 de maio de 1972, eu participei de uma greve de fome que teve dos presos políticos em São Paulo, e eu fui o único preso que fez greve de fome que foi levado para o DOI-CODI, para parar com a greve de fome, sob tortura,

obviamente. Fui levado para lá, me espancaram, me jogaram na cela forte, mais alguns dias, uns cinco dias, acredito, eu fui retirado e fui colocado numa cela junto com alguns presos. Estava lá o Arthur Scavone, o Pedro Rocha, o José Carlos Giannini e o Kiko Vieira, o Francisco Carlos de Andrade.

Aí, depois, dois dias depois, nos separaram, foi um para cada cela, e eu fiquei numa cela ao lado da cela onde estava o Edgar. Eu fiquei na cela 2 e ele estava na cela 3, onde estava ele, o Antonio Carlos de Melo Ferreira, o Melinho, que estava lá preso, estava muito mal, abalado psicologicamente, porque tinha sido muito torturado e tinha enlouquecido na tortura, de tanta tortura, e o Edgar bate na parede e fala: Ivan, você está aí? Estou aqui. Ele falou: você vai voltar para o Tiradentes? Eu falei: acho que sim. A gente nunca sabia se ia ou não. Ele falou: você quer um presente? Ele jogou pelo chão do corredor um par de chinelos pretos, costurado com couro, e ele disse: leva lá, ele está com uma almofada boa. Indicando que tinha alguma coisa dentro daquele chinelo. Eu falei que ia usar bem, porque estava precisando, porque se alguém estivesse ouvindo era um despiste.

E fiquei com aquele chinelo alguns dias, até que eu fui levado para o Tiradentes. Fiquei lá uns 20 dias, se não me engano, no total, aí voltei para o Presídio Tiradentes. Chegando lá eu abri o chinelo e era uma procuração em que ele deixava em branco a maior parte das coisas, mas ele tinha dado uma procuração para os sócios dele, da corretora de valores onde ele trabalhava. E ele assinava dizendo que estava preso no DOPS, na cela do fundão, e assinava com as duas assinaturas, como Edgar, escrito em letra de forma Edgar de Aquino Duarte e em seguida como Ivan Marques Lemos, também em letra de forma esse nome.

Aí eu passei para o pessoal da ala feminina, porque minha mãe também estava presa lá, e falei para passar para aquele endereço, porque era um documento importante para salvar a vida do Edgar. E foi passado e a gente nunca soube o que houve com aquilo. Eu soube recentemente o que aconteceu e já vou contar.

Depois encontrei o Edgar, porque fui levado várias vezes para o DOPS, tinha uma média de, a cada dois meses eu ficava no Tiradentes e dois meses no DOPS, eu fui levado lá para o DOPS e várias vezes eu encontrei com o Edgar. Uma das vezes eu fiquei, de novo, no fundão junto com ele, depois numa cela comum e ele na cela do fundão, e eu vi, conversei algumas vezes com ele, e o que ele me falava era que a militância dele tinha sido basicamente na época da marinha, quando ele ainda era marinheiro, até o golpe, ele era da Associação dos Marinheiros e Fuzileiro Naval,

porque ele era fuzileiro naval, e quando houve o golpe todos se refugiaram na Embaixada do México e depois ele foi para o México, de lá ele foi para Cuba, voltou e que teria tido uma participação no MMR, que era uma organização que depois se junta com a Molipo, para dar na VPR, e ele teve uma atuação basicamente na região de Mato Grosso, se não me engano em Cáceres, mas que ele tinha perdido o interesse em militar, veio para São Paulo porque ele falou que o lugar dele era no Brasil e queria ficar aqui, e adotou essa identidade, Ivar Marques Lemos, e que ele tinha trabalhado como corretor de valores na bolsa de valores e lá ele ganhava bem, tinha um apartamento que ele falava que era no centro, na Martins Fontes, que não tinha nem ideia de onde era, porque não sou de São Paulo, e que morava com o cabo Anselmo, que um dia ele encontrou na rua e falou: onde você está, Anselmo? Eu estou percorrendo, cheguei de Cuba agora, não tenho onde ficar e estou numa pensão. Então vem morar comigo. E ele morava nessa Martins Fontes e o Anselmo morava com ele, não estava de passagem, estava morando com ele, ele mantinha o Anselmo com o salário bom de corretor, até que um dia o Anselmo sumiu e em seguida ele foi preso.

E ele chegava a uma conclusão muito louca, que ele tinha ido a um jogo de basquete junto com o Anselmo e o Anselmo fez uma coisa espalhafatosa com as jogadoras, era Brasil e Cuba que estavam jogando, ele se aproxima das jogadoras Cubanas, fala em castelhano: mandem um abraço para meu amigo, comandante Fidel Castro. Manda beijos para as meninas e sai.

O Edgar achava que isso poderia ser motivo para terem sido seguidos e isso teria levado à prisão do Anselmo e à prisão dele também, obviamente.

E essa conversa toda, eu fui várias vezes para o DOPS, encontrei em 1973, que foi quando eu conheci Amelinha e o César, que estavam presos lá, e também reencontrei o Edgar, que estava muito magro, muito mal de saúde, cabelo muito grande, dentes podres, estava muito precária a situação dele, e depois não encontrei mais. Sabia notícias dele através do que a Amelinha falou, que foi uma das últimas pessoas que o encontraram.

Recentemente, questão de seis anos atrás, estava no *Skype*, e uma pessoa insistentemente pedia para falar comigo, autorizei, e era uma mulher que morava em Miami e dizia que ela tinha uma pessoa que ela tinha lido que era ligada à questão da denúncia dos desaparecidos, e que ela tinha preocupação com um nome, que era um amigo dela chamado Ivan Marques Lemos.



Aquilo, obviamente, foi um choque para mim, uma emoção muito grande. Falei que o nome dele não era esse, o nome é Edgar de Aquino Duarte. Você conhece ele? Aí eu contei toda a história e ela disse que ele sumiu e alguns meses depois dele sumir, um ano depois talvez, a gente recebeu uma procuração dele dizendo que ele estava preso no DOPS, e o que estava escrito na realidade é que ele estava preso no DOPS e na Oban, que eram os lugares onde ele tinha sido preso.

E essa mulher disse que foram ao DOPS, foram à Oban, e obviamente foi negada a prisão dele. Ela dizia que era sócia, ela e o marido eram sócios do Edgar, que era uma pessoa muito boa, que gostava muito.

E eu, tentando localizar essa mulher, mas meu computador deu vírus e perdi tudo que tinha lá e perdi o contato dela também. Lamentavelmente não tive condições de continuar essa conversa, mas essa história do Edgar, que ele me passou e foi passado para ela, que ela disse que foi atrás, ela e o marido, mas que não conseguiram ter nenhuma resposta da prisão, confirmação da prisão.

Mas, eu posso afirmar que estive com ele durante um ano e meio, pelo menos, em momentos diferentes, de junho de 1971 até março, que a gente se conheceu lá no DOPS, fevereiro ou março de 1973, que foi a última vez que encontrei com ele. Depois, quando voltei mais uma vez para o DOPS ele já não estava mais lá, acho que em agosto de 1973 ele já não estava mais lá, já tinha sumido.

Era isso que tinha a declarar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tem a palavra o José Damião Lima Trindade.

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE** – Bom, eu fui preso no dia 17 de fevereiro de 1972, pelo DOI-CODI, permaneci no DOI-CODI durante 45 dias, quando então fui transferido ao DOPS, onde fiquei outros 47 dias.

No DOI-CODI inicialmente fiquei na cela forte, na solitária, mas logo em seguida fui transferido para uma cela coletiva, exatamente ao lado da cela forte. E como se sabe no DOI-CODI as celas coletivas são guarnecidas por grades na frente, do piso ao teto, de modo que a gente pode ver o que está acontecendo à frente, no corredor de frente, pode ver e pode ouvir.

E pouco tempo depois de eu ser colocado na cela coletiva teve uma situação que me chamou a atenção várias vezes, que era a seguinte. Quando os policiais abordavam

um certo preso que estava na última cela da mesma ala da carceragem, eu estava na primeira cela coletiva, tem a segunda, ele estava, portanto, na terceira cela coletiva, quando os policiais o abordavam o chamavam de Ivan. E várias vezes eu escutava uma coisa inusitada, que ele falava: meu nome não é Ivan, é Edgar de Aquino Duarte. Como escutei várias vezes aquilo, pelo inusitado da situação, eu gravei aquilo.

Também, nos 45 dias em que estive no DOI-CODI, duas ou três vezes eu fui tirado da cela para tomar sol naquele corredor em frente às grades. Então, junto com um policial eu caminhei ao longo do corredor, passando, portanto, em frente às três celas coletivas, e na última cela eu vi o Edgar de Aquino Duarte. Portanto, eu vi o rosto dele duas ou três vezes. Vi insistentemente durante aqueles 10 minutos que ficava tomando sol. E a gente se cumprimentava com aceno de cabeça.

Depois, meses depois, quando fui libertado, anos depois, lendo livros de história sobre a época da ditadura militar e lendo também notícias e reportagens, eu reconheci a foto do Edgar de Aquino Duarte e tive, pela imprensa, a notícia de que ele era um desaparecido político. Portanto, eu posso testemunhar que durante os 45 dias em que estive preso no DOI-CODI, a partir do dia 17 de fevereiro de 1972, por 45 dias, portanto, até o início de abril de 1972, eu sou testemunha de que o Edgar de Aquino Duarte efetivamente estava preso, sob a custódia do DOI-CODI de São Paulo.

Esse é meu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado, Damião, mas pode falar um pouco mais de você, além de falar do Edgar. Faz um pouco mais, porque você afinal estava lá.

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE** – Eu fui preso em consequência de uma série de prisões decorrentes da queda da gráfica da ALN, Ação Libertadora Nacional, que funcionava na Vila Mariana, na Rua Domingos de Morais.

E os órgãos da repressão descobriram a gráfica, prenderam os companheiros que redigiam e imprimiam o jornal *Venceremos*, da Ação Libertadora Nacional. Em consequência, houve uma série de prisões e eu fui o último a ser preso, de uma série de cerca de 10 pessoas que foram presas. Eu fui o último dessa lista.

Eu era ligado à Ação Libertadora Nacional. A Ação Libertadora Nacional havia me colocado para trabalhar na agência *France-Presse*, na sucursal paulista da agência *France-Presse*, onde eu dava um plantão das dez da noite às duas da madrugada e,

portanto, tinha acesso a notícias vindas da França sobre o Brasil. Notícias que eram transmitidas pelos correspondentes para a França e em seguida essas notícias eram retransmitidas em espanhol para os clientes da agência *France-Presse* para toda a América Latina. E eu trabalhava como tradutor, traduzia os telegramas, selecionava os telegramas que tinham, jornalisticamente falando, interesse para o Brasil, traduzia para português e esses telegramas eram enviados então por teletipo, um aparelho de transmissão que existia naquele tempo, para os jornais.

E eu tinha acesso, portanto, às notícias que eram impedidas de serem publicadas nos jornais. Todo dia tinha uma lista que a Polícia Federal enviada sobre tais, tais fatos, e não se podia publicar nada. E, obviamente, eu, todas as madrugadas, ao sair do meu turno, eu saía com aquela lista de materiais no meu bolso e transmitia para os companheiros que redigiam o jornal *Venceremos*.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Quantas edições do *Venceremos* foram feitas?

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Não tenho certeza, quatro ou cinco com certeza.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Qual era a tiragem, você se lembra?

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Não, porque não trabalhava diretamente na gráfica. Aliás, eu nem sabia da localização da gráfica. Eu fui preso em função da queda da gráfica, mas eu não sabia onde ficava a gráfica. O meu contato na gráfica era o Jorge Fidelino Figueiredo, o Cachimbo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você foi preso que dia, só para recapitular?

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Dia 17 de fevereiro de 1972, fiquei 45 dias no DOI-CODI, portanto, até início de abril de 1972, quando fui transferido para o DOPS, onde fiquei mais 47 dias.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Foi para presídio?**

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Não. Eu nem cheguei a ser denunciado na auditoria militar por insuficiência de provas. Evidentemente eu neguei tudo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Na *France-Presse* você era jornalista?

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Sim, trabalhava como jornalista. E posteriormente, terminei a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, trabalhei 10 anos como advogado de sindicatos de trabalhadores em São Paulo, em seguida prestei concurso público e ingressei na carreira de procurador do Estado, onde fiquei 20 e poucos anos e me aposentei há dois anos e atualmente me dedico à área dos direitos humanos, tenho livros publicados, escrevo, dou palestras, cursos nessa área, e participo atualmente do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado.

André Tetsuo Ota.

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA –** Bom-dia a todos. Eu fui sequestrado no dia 20 de novembro de 1972 e aí dos primeiros dias eu não lembro o que aconteceu, porque eu ia para a cela forte, saía, ia direto para o pau, e depois de alguns dias fui levado para uma cela que ficava, não sei a numeração, mas tinha a cela das meninas, tinha a cela do Melinho, e eu fui jogado lá no fundo.

E tinha um muro bem na frente, um muro alto, de uns dois metros, e nesse muro não dava para ver o outro lado. Mas, com o tempo, à medida que o tempo foi passando, fui ficando cada vez mais, apanhando menos, também porque uma semana depois da minha prisão cai o Francisco Carlos de Andrade, o Chico Vieira, eles me tiram da cela antes e me colocam junto com o Melinho.

Nessa época então eu começo, eu fico preocupado com o Chico Vieira e não com todos os outros, porque a gente chegou a militar na mesma organização, eu era Molipo, ele era da ALN, mas a gente fez parte da mesma base, do mesmo grupo, que era eu, Giannini, ele e o Paulo Vannuchi. Quando o Paulo Vannuchi vai preso, o grupo

é desfeito, não sei para onde foi cada um, e eu sou colocado como elemento de apoio, passo a ser apoio da organização. Então, eu faço vários trabalhos “secundários”, de transportar gente, transportar material, guardar material, arrumar aparelho para guardar coisa, aparelho para guardar pessoal, aparelho para reuniões. Eu consigo fazer essas coisas e mais ou menos quando tem a separação da organização eu fico com o Molipo e sou colocado em contato com a Maria Augusta, que é o único contato que tenho. A Maria Augusta foi assassinada em 1973, lá em Goiás.

Então, eu ouvia uma pessoa que cantava do outro lado, que era o Ivan, e ele cantava basicamente duas músicas. Uma era *Guantanamera*, e outra ele cantava, não sei quem era o cantor, mas a frase era receba as flores que eu te dou, ou alguma coisa assim.

Aí eu começo a me interessar, mas não via a pessoa.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Ivan/Edgar?**

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA – O Edgar, exatamente.** Eu fico na cela com o Melinho, mas o Melinho estava muito ruim, quer dizer, tinha momentos que ele entrava em crise, ficava nervoso, queria bater na gente, xingava todo mundo, e tinha outros momentos que ele ficava realmente uma pessoa extremamente amável.

E depois de algum tempo, estava praticamente eu, o Chico, o Melinho, o Munir, uma semana depois é presa a Linda Taiá, com um tiro na cabeça, e o marido dela tinha sido executado, que é o José Milton Barbosa.

Então, eram as pessoas que eu tentava conversar, tentava ter alguma coisa, e o meu sequestro só foi reconhecido dia 4 de janeiro, apesar de todo o fuzuê que fizeram. Porque quando eu fui detido, eu fui junto com um grupo de colegas de classe, da minha turma de física, do quarto ano, e a gente estava saindo da faculdade quando eles me pegam. Todos eles foram levados junto e eles ficaram sabendo, estavam no meu carro.

O pessoal foi lá, apesar de ser sábado, o pessoal começou a se mobilizar, segunda, terça, e o pessoal começou a passar as informações. A Anistia Internacional foi na minha casa, tinha um rapaz da Anistia no curso de física, ele faleceu depois num desastre de moto na Paulista, mas o Victor foi lá em casa confirmar que eu tinha sido detido. Alguns colegas foram lá em casa pegar material, tirar os materiais que tinha, livros basicamente, que nunca mais os vi. Parece que foram roubados por alguém depois e não sei o que aconteceu.

A turma sabia, a Anistia já tinha noticiado, já tinha sido dado na BBC, então eles sabiam disso, mas mesmo assim não assumiram que eu estava detido.

Em 4 de janeiro eles assumem que estou lá e a partir daí eu não sou mais torturado. E o que acontece é que começam a ser presas pessoas da ALN, da direção da ALN. Então, eu vejo o Fradinho, Hércio Pereira Fortes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Isso, quando, onde?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – No DOI-CODI.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você se lembra a data, o mês, quando você para de ser torturado e começa a cair a direção da ALN?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – O Fradinho, deve ter sido no começo de janeiro, dia 3 ou 4 de janeiro de 1972. O Torigoi foi um pouco antes do natal. Isso eu sei, porque o Torigoi fez um carnaval, falou que não tinha medo da repressão, e aí eles executaram o Torigoi ali. Ele levou uns tiros, mas foi executado lá. Não sei se foi do tiro, como foi, porque estava naquela salinha que fica fechada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – E o Melinho continuava lá?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Continuou na mesma cela.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Hoje o caso é Edgar de Aquino Duarte, mas o Melinho é uma das figuras tão sofridas, tão massacradas e tem quase nenhum registro dele. Então, pode falar um pouco mais do Torigoi, mas depois você volta para o Melinho.

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Eu não lembro exatamente tudo que acontecia ali. Como fiquei muito tempo com o Melinho, um mês, sei lá, o que acontecia era assim, cada vez que tinha uma prisão de alguém, ou a morte de alguém, ele entrava em parafuso completo. Você tinha de acalmá-lo, ficar lá conversando com ele, ouvindo ele cantar, e ele fazia o esporro dos policiais durante algum tempo. Aí passava essa fase

e ele começava a conversar com a gente, parece que meio envergonhado, não sei, mas ele ficava querendo conversar e trocar ideias e falava de coisas da infância e da juventude dele. Não sei onde ele nasceu, mas ele falava muito, o irmão dele era jogador de futebol profissional e ele virou médico na Volkswagen, e ele falava de futebol, dessas coisas, e de músicas que ele ouvia na época. Não me lembro dessas músicas, mas eram músicas mais antigas, da década de 1950, algumas românticas, a maioria romântica, que ele cantava e ele falava que ele queria ter depois uma vitrola para ficar ouvindo todas aquelas músicas. Isso que lembro bem dele. De mais, eu não tenho muita lembrança dele.

Depois de algum tempo, eu não lembro exatamente quanto tempo, aparece o Damião. Na mesma cela parece que estava você e o Melinho, não sei se você lembra, mas o que me chamava a atenção era que eles vinham pagar pau para o Damiãozinho, alguma coisa que eles falavam, e aí o Damiãozinho depois disso ia para o canto e ficava lá no canto dele, era conversa dos homens, não sei se ele ficava abalado ou não, ou ele fingia, mas era isso que lembro dele.

Depois de algum tempo, parece que teve uma série de prisões, eu sou levado para o outro lado, e fico na cela com o Edgar, e ele começa a contar basicamente as coisas que o Ivan contou, e eu pergunto como ele conseguiu a documentação dele. Ele falou que era segredo. E depois ele conta que ele arrumou uma senhora que levou-o ao cartório, ele fazendo cara de coitado, de piau, analfabeto, e conseguiu essa identidade, foi para o quartel, conseguiu a carteira de reservista, e tendo documentos, ele estava livre e podia fazer as coisas.

Ele conta que achava que o cabo Anselmo tinha realmente sido morto, porque a última notícia que ele tinha é que levaram ele para cima e nunca mais ele apareceu. E outra coisa que ele fazia era contar algumas coisas do passado dele, algumas histórias dos marinheiros.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando você foi para a cela do Edgar?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Foi depois que o Damiãozinho veio, depois de algum tempo. Eu fui primeiro para lá e depois fui transferido para o DOPS. Eu fico algum tempo no DOPS, volto para o DOI-CODI e aí vou para a cela do Edgar, e aí está o Pedro Rocha. Acho que foi por causa do Pedro Rocha que eu volto, porque nós

éramos “colegas de curso”, entre aspas porque cursar mesmo ele não cursava. Acho que era só nós três no começo, depois eu não sei como ficou, mas eu fico pouco tempo, uma semana ou duas, volto para o DOPS e fico lá até quando acaba a greve de fome, o pessoal é todo transferido lá para a detenção, e no Tiradentes, quando eu chego, fico na cela que era do pessoal, no fundo, ao lado da cela das meninas, e depois, como eles acharam que eu estava aprontando muito, vou para a cela do Ivan e da cela do Ivan, conheci o Ivan, a gente começa a conversar.

E depois disso, antes de ir para lá, quando tive uma audiência, eles permitiram à advogada Maria Regina Pasquale me entrevistar. Ela veio lá uma vez, estava no DOPS, e aí eu falo do Edgar para ela, que ele está preso, está assim, e ele chama Ivan Marques Lemos.

Eu não sabia o que ela fez, ela não ligou, e não sei se foi para frente a denúncia ou não. A única coisa que lembro é desse fato, do Ivan, do Edgar, e a coisa passou, até que fiquei sabendo da morte dele, morte não, desaparecimento.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – E o Melinho, de lá ele foi para Franco da Rocha, para o manicômio?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Não sei.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você lembra como o Melinho morreu? Ou o Ivan depois fala. E você não viu mais o Melinho também? Fala um pouco do Torigoi.

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – O Torigoi era militante da organização e ele era amigo de organização, mas eu tinha uma certa chegança com ele. A única coisa que sei dele era o que ele fazia, as ações. Quando ele vai preso, não sei exatamente a data. A sequência era assim, uma pessoa por semana, de final de semana sempre alguém era preso, era executado. Não sei exatamente o dia em que ele foi preso, mas sei que foi véspera de natal, e aí eu ouço barulho, ouço o grito, ele falando: não tenho medo de vocês. E deve ter começado a briga lá e depois sou levado lá, eles confirmam: o Torigoi foi morto, levou uns tiros. E foi isso. E não soube mais detalhes. Sei que ele foi executado ali, naquele dia, não sei exatamente o dia.



**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quanto tempo você ficou preso?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – No total, depois do Tiradentes, fecharam o Tiradentes, fui levado para a Detenção, eu, o Arthur, não sei se o Pedro foi junto. O Ivan Seixas não sei para onde foi. Aí, depois nós fomos levados para a Detenção e depois de seis anos eu fui solto sob condicional, porque o processo era totalmente irregular, mas o Nelson Machado, que era o juiz da segunda auditoria tinha uma bronca especial minha e ele não queria nem fazer audiência. Como o processo tinha sido anulado pelo STM, o que eu fiz foi pedir para ser solto, porque o outro processo tinha dois anos, que era militância. Só que, como eles achavam que eu podia ficar 14 anos, que era o que eles estavam pedindo, eles me deram condicional. Quem deu condicional foi outro juiz, o juiz substituto, porque o Nelson não queria assinar.

E aí eu saí com condicional, fui trabalhar, estava trabalhando, quando sai a condenação faltavam dois anos para completar a metade da pena, para poder sair em condicional. Aí eu volto para o Barro Branco e fico dois meses lá, exatamente dois meses, aí sou solto.

O problema é que, como esse processo ia ser anulado, isso tinha absoluta certeza disso, o que aconteceu? Eu estou trabalhando e num belo dia sai a lista dos anistiados, os primeiros anistiados, e está lá meu belo nome, o primeiro nome que aparece é o meu, e eu não pude, depois, entrar com processo de indenização por aqueles seis anos. Não era bem a indenização que eu queria, queria denunciar toda aquela maracutaia daquela farsa judicial.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você foi torturado?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você lembra quantos dias você ficou no pau?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Olha, no começo era enquanto a gente, a primeira semana era o tempo todo, davam um descanso para a gente ir para a sala de tortura. Depois, quando o Chico Vieira foi preso, eles passaram a torturar o Chico

Vieira, porque o Chico Vieira era quente, tinha mais informações, digamos assim, poderia derrubar a direção da ALN. E aí a coisa começa a amainar, no meio, de vez em quando eu era torturado, e quando a Linda Taiá está lá, ela vai presa, eles torturam o Chico Vieira para a Linda falar, na frente da Linda, para ela falar.

E como a Linda não me conhecia, não ia ter o mesmo efeito, agora o Chico ela conhecia. Então, eles torturavam o Chico para ela falar, porque ela estava grávida. A situação era assim, eles torturavam as pessoas muitas vezes para o outro ceder. Era um negócio mais estudado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você lembra o nome ou o apelido das pessoas que te torturaram?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Ustra, com certeza era o comandante, o Nei. Os outros, de nome, não lembro. Era JC. Eu fiz questão de esquecer os nomes deles, mas alguns eu lembro assim. Esse que foi delegado, Calandra, esse eu lembro, lembro de alguns nomes. No começo você não vê, porque você é torturado de capuz, você leva choque elétrico na cabeça e tal, e você não vê nada, fica totalmente atordoado e não percebe o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando o Chico foi torturado, você lembra quem torturou, na frente da Linda?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Não sei. Foram algumas vezes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – A Linda morreu lá dentro?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Não. Ela está em Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – É que você tinha falado de uma morte, do Torigoi só?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Hércio Pereira Fortes também.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Quando ele foi morto?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA –** Foi no comecinho de janeiro de 1972.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você viu ele sendo torturado?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA –** Não, eu não sei de nada. A única coisa que sei é que ele estava ferido, na cela forte, tiraram ele da cela forte para ele cobrir um ponto. Aí pergunto para o Chico Vieira quem é e ele fala que o Fradinho, Hércio Pereira Fortes.

Então, a morte do Fradinho, depois ele sumiu, desapareceu completamente e ele não retorna para o DOI-CODI. Ele é retirado. Ele estava com a calça com sangue, eles pegam uma calça jeans que cabia nele e levam ele para o ponto, não sei se foi para ponto ou para alguma coisa, e ele depois disso não aparece mais no DOI-CODI. Ele desapareceu de lá.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Queria falar mais alguma coisa do Edgar, para concluir.

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA –** Eu acho que a situação da época era pesada, mas eu lembro que quando eu volto do DOPS para o DOI-CODI o que me assusta é que aquilo estava lotado de gente, da ALN, de Molipo, um monte de gente jovens, todos eles passando pelo pau rapidamente ou não, e a quantidade de pessoas que foram presas, detidas e que não foram processadas, que não aparecem em processo, é muito grande, um negócio que eu não consigo avaliar quantas pessoas passaram por esse processo todo.

Mas, quando estava no DOPS, eu vejo o PORT inteiro chegar, Partido Operário Revolucionário Trotskista, que eu conhecia todo mundo. Só que os meus colegas da física e da matemática, muita gente era do PORT e eu vejo e conheço todo mundo praticamente, metade da turma. Esse pessoal, a maioria não entrou no processo. Entrou no processo só a direção deles.

Então, eu não sei quantas pessoas foram detidas, quantas foram presas. A quantidade deve ser enorme, e isso pessoas que passaram por processo de tortura, de sequestro e tal.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ivan, Amelinha, vocês gostariam de perguntar alguma coisa mais para o André, antes de passar para o próximo depoente? (Pausa.) Não. O companheiro da Comissão da Verdade de Pernambuco gostaria?

**O SR. MANUEL MORAES** – Sou Manuel Moraes, da Comissão da Verdade de Pernambuco “Dom Hélder Câmara”. Estamos acompanhando porque ele é pernambucano e em função dessa informação de pessoas que foram presas e não têm registro, uma recomendação que a gente conversava há pouco era se a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” não divulgasse, através de nota à imprensa, essas pessoas que por acaso tenham informações, que foram detidas, mas não têm registro, se elas não gostariam de vir à comissão registrar seu nome, colocar recurso porque foram torturados, e principalmente quem os torturou, porque é importante para a gente o registro dos torturadores, do *modus operandi*, dos grupos, porque nós sabemos das informações, mas sempre é importante porque qualquer detalhe consolida o processo de investigação da gente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Agora Pedro Rocha e o Arthur.

**O SR. PEDRO ROCHA** – Bom-dia. Meu nome é Pedro Rocha Filho, era militante do Molipo, Movimento de Libertação Popular, que era uma dissidência da Ação Libertadora Nacional, militava numa célula, num grupo que a gente chamava de comando, juntamente com o Scavone que está aqui com a gente, José Carlos Giannini, Torigoi e fui preso no dia 29 de janeiro de 1972. Já estava preso, nessa época, o André, o Edgar, o Francisco Carlos de Andrade, e bastante gente.

Quando eu fui preso, eu fui juntamente com o José Carlos Giannini. Nós fomos levados para a Operação Bandeirantes, logo que chegamos já fomos, começou a sessão de espancamento, de tortura, fui separado do Giannini, e uma certa altura, isso era de tarde, já numa certa altura da noite eu, particularmente, sai do pau-de-arara, eu estava

um pouco machucado, tinha machucado o queixo, o pé, por causa de sessão de palmatória, e fui tratado ali no próprio pátio interno da Operação Bandeirantes por um enfermeiro que me costurou o queixo e fez os curativos nas costas e a repressão, os torturadores estavam preocupados com a minha situação física porque eu tinha “aberto” um ponto no outro dia de manhã, que era um ponto de segurança, ponto falso, que foi o recurso que eu utilizei para cessar a sessão de tortura.

Mas, de qualquer forma, eu estava bastante abatido, bastante dolorido, e eles me colocaram numa cela, para que eu ficasse bom para o dia seguinte, para poder cobrir o ponto, e nessa cela tinha um cidadão, era uma salinha do fundo da Operação Bandeirantes, de um dos corredores, e tinha um cidadão alto, barbudo, e outro baixinho. E esse cidadão alto, inclusive na hora em que abriram a cela, me colocaram lá, ele fez um xingamento qualquer, essa repressão, essa polícia, isso é um absurdo.

Eu vou fazer uma observação antes de continuar a história. Um dia desses estava eu e o Scavone e mais outro companheiro, Paulinho, conversando com uma família de desaparecido político, e a gente observou, nós três observamos e concordamos que era muito difícil para nós termos uma visão do passado, uma visão que fosse coincidente. Eu falava uma coisa, aconteceu isso inclusive com nós dois, eu e o Scavone, a respeito de uma ação que tínhamos participado, ele contava essa mesma história com um jeito diferente, e o Paulinho falou que ele tinha observado muito isso.

Era difícil para nós lembrarmos exatamente do que tinha ocorrido, por razões diversas. Alguns queriam esquecer, outros estavam atordoados por tortura, então a tentativa da gente de ser objetivo na resposta nem sempre dá muito certo.

Estava observando isso agora, quando se diz, o Damião diz que estava na cela tal, o Ivan diz que estava em outra cela, e a visão, a lembrança, a minha particularmente, é um tanto quanto confusa.

Mas, enfim, eu fui colocado, nessa minha lembrança, que pode ser um pouco confusa, fui colocado na cela final, do lado esquerdo de quem entra no pátio, que era o X3, que era onde estava o Edgar de Aquino Duarte, que foi esse grandão que fez essa observação na hora em que me colocaram na cela, e o Antonio Carlos Melo Pereira, o Tadeuzinho.

E eu fiquei muito tempo, o tempo todo de Oban, fiquei oito meses e meio na Operação Bandeirantes, eu e o Giannini. Acho que batemos um recorde em termos de tempo na Operação Bandeirantes. Foi um tempo extremamente desgastante, nós fomos

torturados esse período todo. A tortura, como o André disse, ela pega nos primeiros dias, é mais intensa e depois ela fica intercalada.

Nesse período que nós chegamos, eu cheguei na Oban, acho que inclusive eles estavam aprimorando um pouco a técnica de tortura, estavam se valendo bastante da tortura psicológica, do medo. Batiam no cidadão, enquanto um estava apanhando o outro estava na cela e eles chegavam e falavam: se prepara que depois vai ser você. E às vezes a pessoa que se preparava para essa sessão de tortura sequer era chamada para ser torturada.

Então, eu acho que eles passaram a aplicar muito essa técnica de tortura psicológica nesse período. Isso, para mim, é uma das explicações de eu ter aguentado, de termos aguentado esse período todo de Operação Bandeirantes.

Mas eu fiquei o tempo todo de Operação Bandeirantes no X3, salvo erro de memória, e a maior parte desse período que eu fiquei no X3 eu fui companheiro de cela do Edgar de Aquino Duarte e do Antonio Carlos Melo Pereira. Variaram os companheiros que estiveram nessa cela comigo, logo nos primeiros dias o André esteve lá, no começo ele ficava na celinha do lado, no X2, depois ele passou para o X3 também, o Damião, me lembro da prisão dele, não lembro em que cela ele estava.

Na minha cela ficou, além dessas pessoas que já me referi, ficaram o Campolim, José Carlos Campolim, que era da PUC, ficou um jornalista...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Era estudante de física da USP?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Eu era da física. E uma época lá saiu o Antonio Carlos Melo Pereira da cela, e eles deixavam, a repressão deixa eu com o Tadeuzinho porque eu tinha uma certa facilidade de deixar ele mais calmo, mais tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O Melinho era estudante de geologia?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Estava na escola?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Acho que ele já estava clandestino.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ele era da VAR?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Sim. A história do Edgar eu acho que foi muito bem detalhada pelo Ivan. Tinha coisa que o Ivan falou que eu absolutamente desconhecia. Eu vou repetir, porque estou aqui como testemunha, e vou repetir algumas coisas, mas essencialmente o que quero é reforçar esse testemunho de que o Ivan esteve preso na Operação Bandeirantes durante um longo período, o Edgar de Aquino Duarte.

A primeira coisa é essa, o Edgar, o nome dele registrado, constando lá na grade da Operação Bandeirantes era Ivan Marques Lemos. A história que o Edgar me contou foi muito próxima dessa que o Ivan já contou, que ele era trabalhador na bolsa de valores, não estava militando e morava num apartamento no centro.

Um dia teria encontrado na rua, por coincidência, o cabo Anselmo, teria oferecido para o cabo Anselmo a hospedagem no apartamento dele, o cabo Anselmo teria ido para lá. Um dia, uma história semelhante, um dia, na opinião do Edgar, o cabo Anselmo teria sido um pouco vaidoso, um pouco metido, não me lembro exatamente o termo que ele usou, mas ele teria se aproximado de uma delegação cubana. Na minha lembrança não é basquete, é simplesmente uma delegação cubana. Ele teria se aproximado e cometido essa imprudência de conversar com esses delegados, que não sei se eram ou não jogadores de basquete ou coisa semelhante, e o Ivan atribuía a queda do cabo Anselmo, a prisão do cabo Anselmo a esse momento de atrevimento dele.

Então, o Ivan atribuía também a sua, o Edgar atribuía também a sua própria prisão a essa prisão do cabo Anselmo. E era só o que ele sabia a respeito, na minha lembrança, a respeito da prisão do cabo Anselmo e da sua prisão.

Ele estavam, o Ivan, pela sua conversa comigo, a algum tempo já na Operação Bandeirantes, algum tempo preso, não me lembro o tempo exato qual era, e ele, um detalhe, ele tinha, acho que o Edgar tinha uma esperança de que a sua situação se resolvesse favoravelmente.

Ele costumava inclusive cobrar dos torturadores que passavam pela frente da cela essa solução. Em especial, me lembro de algumas vezes ele cobrar de um torturador, que era um alto, grandão, careca, o Carioca, que não sei o nome, já deve ter sido identificado, mas me parecia que ele cobrava mais insistentemente desse Carioca

como estava a situação. E me lembro desse Carioca falar: a sua situação é muito complicada. E nunca nenhuma resposta para o Ivan.

Mas eu tenho comigo que ele acreditava na possibilidade de uma soltura, sem morte, sem maiores consequências.

Outra coisa que me lembro é do Ivan fazer referência e não vi no depoimento do nosso Ivan aqui, ele fazer referência a um irmão dele, que era militar. Não vi ninguém falando a respeito disso, não sei se conseguiram algum contato com a família dele ou não, se foi identificado esse irmão militar do Edgar, mas eu até acreditava. Como ele não estava militando quando foi preso, ele estava na Operação Bandeirantes, numa situação muito estranha, porque não era interrogado, cortando um pouco, no começo eu ficava um pouco cismado. Eu estava em fase de tortura, de interrogatório, então eu não conversava muito e ficava meio cismado, tanto com o Ivan quanto como Tadeuzinho, porque eles podiam, se eu conversasse muito, se eu desse alguma dica, que eles eventualmente pudessem levar ao conhecimento da repressão. Nunca, nunca o Ivan foi tirado, nesse tempo todo, foi tirado da cela para um depoimento. Então, não dava para entender porque da manutenção do Edgar na prisão.

A história de que ele era mantido preso para que as informações sobre a prisão do cabo Anselmo não chegassem às organizações aqui fora, também para mim é frágil, porque ele ficou com muita gente. E todo mundo que teve contato com o Edgar acabou levando, levando para advogado, levando para a própria prisão, para o presídio, para os outros companheiros, de que ele estava preso, que o cabo Anselmo tinha sido preso.

Então, não tinha muito porque a repressão manter o Ivan naquela situação, e mais ainda, não tinha porque matá-lo, a não ser por terrorismo, matar por puro terrorismo. Sempre ficou para mim uma situação difícil de compreender.

O concreto é isso, ele desapareceu, ele foi visto depois no DOPS. Eu não me lembro exatamente quando o Ivan saiu da Operação Bandeirantes, não sei, não me lembro sequer se eu saí antes dele ou não. A minha impressão é que eu saí da Operação Bandeirantes antes do Ivan. Mas, como num certo período eu ia também para o DOPS, e depois era levado de volta para a Operação Bandeirantes, esse período final para mim é meio confuso.

O que é certo? Esteve preso, bastante tempo, sou testemunha dessa prisão dele, desse sequestro dele, preso com nome falso, embora fosse o nome que ele utilizava na época na sua vida legal, e que precisa ser dada uma resposta para esse desaparecimento. Quanto a isso não tenho a menor dúvida.



Todo esse pessoal que estava preso lá, que foi preso nessa época, é testemunha da presença do Ivan. As meninas, a Linda, a Eliane Potiguara, a Márcia, todo esse pessoal viu o Ivan, Darci também.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O companheiro da comissão de Pernambuco quer perguntar, mas só queria, para não perder o fio da meada, do Melinho você também sabia de uma história de um irmão que era médico? É isso?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Não. Isso o André disse.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O companheiro da comissão estadual de Pernambuco quer falar.

**O SR. MANUEL MORAES** – Deputado, é só dizer que nós estamos entregando à Comissão “Rubens Paiva” toda a documentação que nós temos acerca do Edgar. Há um processo da Comissão de Anistia, e o nome do irmão é Aparício Anastácio Duarte, que foi quem representou ele no processo de recebimento da indenização da anistia.

E aqui tem informações, documentos do SNI sobre a militância dele, que participou do movimento pré-PPR e a partir daí há todo um levantamento de dados sobre ele no Arquivo Público Nacional, que nós podemos, em conjunto, pegar essa documentação para subsidiar esse relatório.

Nesse processo de infiltração da ALN existe alguma informação de marechal, sobre a infiltração de um médico? Vocês têm informação disso?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Marechal, você diz o carcereiro?

**O SR. MANUEL MORAES** – Perdão. É Marival. Existem depoimentos de Marival Chavez, da Comissão Externa de Mortos e Desaparecidos, que ele deu um depoimento depois da matéria da Veja de 1992, e ele deu um novo depoimento agora em 2012, em maio, que a gente também vai disponibilizar para a Comissão “Rubens Paiva”. Nesse depoimento ele fala da infiltração de médicos na ALN. Vocês têm alguma informação dessas infiltrações?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Se a pergunta está dirigida a mim, eu não tenho informação de infiltração de médicos na ALN. Não tenho a infiltração. Acho que tem gente mais informada sobre essas coisas, o próprio Ivan sabe mais dessas coisas.

Tem médicos que foram, em especial um que foi preso, que era do Molipo, e que tem histórias, mas não exatamente de infiltração, ou seja, policial que se infiltrou na organização para derrubar. Mas, seria informação diferente, de ter sido preso e depois de preso ter prestado algum serviço para a repressão. Mas não tenho certeza sobre isso e prefiro não falar nada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Toda vez que você teve contato com o Edgar de Aquino Duarte ele não sabia que o Anselmo era uma infiltração, que era um agente duplo, que tinha passado para o outro lado? Ele falava que o Anselmo poderia estar morto?

**O SR. PEDRO ROCHA** – Ele não sabia o que tinha acontecido com o Anselmo. Achava estranha a história, especulava, mas ele não fazia nenhuma afirmação categórica, nem de que tivesse sido morto nem que fosse infiltração.

Na minha lembrança, vou sempre destacar isso, ele não tinha essa segurança de nada. A gente tem de entender, ele passou para o Ivan um material, numa demonstração de confiança no Ivan, e eu estava na cela junto com ele e não sabia disso. Então, a relação que as pessoas lá estabelecem, o Edgar passou para o Ivan Seixas a tal da sandália com o documento, e eu estava na cela com ele e nunca vi ele fazer ou assinar documento, muito menos costurar sandália.

Então, existia toda uma cautela nas pessoas, das pessoas que estavam presas, porque evidentemente elas não queriam que saísse da cela, que o cidadão subisse para o interrogatório e falar que o cidadão passou o material na sandália para o outro Ivan.

Então, conversa dependia muito do nível de confiança e intimidade que fosse estabelecido. Eu cantava muito, cantávamos muito, o Ivan gostava muito de cantar, o Edgar, a gente cantava, a gente fez um conjunto na época do Campolim, que tinha uma voz bonita, fazíamos primeira, segunda e terceira, quando a Operação Bandeirantes estava calma, sem prisões novas e tal, a gente cantava algumas músicas para estimular, músicas revolucionárias. No tempo que o pessoal do PORT estava preso lá se cantava muita música latino-americana revolucionária. A gente fez muito isso.

Mas, era um tipo de relação. A relação que eu tinha o Melinho, por exemplo, era uma relação boa, fácil. O Melinho estava ruim, mal, a cabeça, e ficava excitado. Mas comigo ele ficava bem, porque eu era da luta armada e ele também, então a gente se identificava melhor. Isso acontecia naturalmente.

Então, talvez a conversa do Ivan, do Edgar comigo, fosse não tão aprofundada quanto poderia ser. Essa é a minha lembrança.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, Pedro Rocha.**

Antes do Arthur Scavone, o Damião queria só repor um fato, da curiosidade dessa questão da música.

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE –** Não é nada relevante, mas para mim foi um fator que fez com que eu não me esquecesse da figura do Edgar de Aquino Duarte, que era isso que ele cantava. Apesar de DOI-CODI ser pequeno, era um inferno quando alguém estava sob tortura, porque das celas ouvia-se a gritaria toda, mas às vezes passava dois ou três dias sem ninguém ser preso e era quando o Edgar cantava.

E ele não só cantava, como ele compunha também. Eu nunca me esqueci de uma trova dele que ele fez para as meninas que estavam presas na cela especial, porque era a única cela que tinha chuveiro quente.

Uma vez, era sempre final de tarde que o Edgar cantava, porque ele fez uma trovinha que era mais ou menos assim: a especial é a cela das donzelas, quem me dera ter a sorte de ganhar um beijo delas.

E no mesmo momento as meninas que estavam presas, muito bem humoradamente responderam: quem é donzela, aqui não tem donzela nenhuma.

Daí o Edgar na mesma hora retrucou com outra trova: o versinho que falava de donzelas já deixou de existir, pois não agradava a elas. Daí elas aplaudiram.

Quer dizer, essas coisas fizeram com que a figura do Edgar ficasse muito marcante na minha memória. Apesar de não o conhecer antes, foi inesquecível. Insisto que ajudou muito no testemunho de que ele estava mesmo lá, porque esse preso é inesquecível, com todas essas coisas marcantes da parte dele.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ivan Seixas.**

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Deputado, só queria fazer um registro e solicitação. Que quando se fizer a transcrição do depoimento do Pedro Rocha Filho, a gente submeta a ele, para ele, onde estiver escrito Ivan, ele corrija para Edgar, não por minha causa, mas porque precisa ser feito o registro sobre o Edgar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ótima observação. Então, para efeito da transcrição da nota taquigráfica, toda vez que o Pedro Rocha falar Ivan, leia-se Edgar de Aquino Duarte.

Tem a palavra o Arthur Scavone.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu já estive aqui e já fiz um depoimento sobre a minha prisão, e da permanência no DOI-CODI, então não vou...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Retoma a cronologia, por favor, porque é importante.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu fui preso em 24 de fevereiro de 1972, a minha prisão teve problemas de tiroteio, fiquei ferido, fui para o DOI-CODI, mas eles tomaram a decisão de me remeter para o Hospital Militar. Então eu não fui diretamente para o DOI-CODI e fiquei primeiro no Hospital Militar do Cambuci durante alguma coisa como uma semana, isso já relatei. Mas, só para recuperar alguma cronologia, uma semana depois voltei para o DOI-CODI quando então efetivamente eu fui interrogado, houve tortura, e fiquei aproximadamente uma semana nesse processo no DOI-CODI, e se não estou errado, nessa volta já fiquei na cela com o Pedro e com o Giannini.

Não? Eu não lembro em qual cela eu fiquei. Lembro que estava ferido e eles não falaram.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tinha a cela das meninas, tinha a cela ao lado e você ficou na cela do meio, que até você desenhou uma paisagem?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu acho que sim. O que lembro é que como estava muito machucado, eu dormi, tinha problema, porque eu estava com pleurisia e não sabia. Então, foi um período muito atrapalhado, para saber exatamente onde eu estava.

Mas, de qualquer forma, eu fiquei mais uma semana no DOI-CODI e como a situação se agravou muito eu voltei para o Hospital Militar, e lá houve um tratamento, já descrevi isso no outro depoimento, e no Hospital Militar fiquei com o Munir Tahan Sab. Eu não sabia exatamente o que tinha acontecido, mas ficou claro depois o que ele estava fazendo, ele se acertou com a repressão, e daí então eu voltei, definitivamente, para o DOI-CODI, que foi quando eu voltei na mesma perua C14 com o Damião. O Damião estava no banco de trás e eu estava no porta-malas, e jogaram um pulôver na cabeça, não sei, e nós voltamos.

E aí, eu não lembro se essa já é a minha, acho que essa é a minha primeira vinda do hospital. Quando eu volto para o hospital, eu volto para fazer alguns tratamentos etc., e enfim eu volto para o DOI-CODI e não me lembro exatamente em que momentos nós ficamos juntos, mas para mim, logo em seguida nós estávamos juntos, eu, você, o Giannini, com o Ivan e tal.

E o que me recordo especificamente do Duarte, eu me lembro muito da figura dele, branco, magro, alto, cabeça todo encaracolado, essa imagem é muito forte em mim, lembro da nossa, lembro precariamente da nossa vida na cela, e uma coisa que até ia falar, achei que o Pedro não se lembrasse disso, mas havia, nós tínhamos, até por dever de ofício, nós desconfiávamos de todo mundo que a gente não conhecia ali. O Pedro eu conhecia, o Giannini eu conhecia. O Pedro eu conhecia de escola, o Giannini conhecia de organização, não sabia quem ele era, mas o nível de confiança e amizade que nós tínhamos, sem nos conhecermos do ponto de vista da vida comum, mas a nossa vida militante, era um nível de confiança muito grande com o Giannini. Mas, as pessoas que eu não conhecia, eu não sabia quem era; então era uma convivência cautelosa.

Até porque, é muito importante colocar aqui, eu acho, que se a gente consegue lembrar que nós cantávamos minha jangada saiu para o mar etc., ou se nós cantávamos *a la* (inaudível), *compañeros, no vamos...* não vou contar, mas se nós lembrávamos que nós cantávamos músicas ali, é muito importante registrar aqui que isso era um respiro de sobrevivência. É muito importante registrar isso, porque eu vou falar, falei isso no depoimento e vou repetir aqui, o barulho das chaves no DOI-CODI era tortura, porque barulho de chave significava abrir cela, e abrir cela significava que alguém ia ser torturado.

Eu tenho na minha cabeça que fiquei nove meses no DOI-CODI, dessa ordem de grandeza, sai, de fevereiro e nós saíamos em novembro, alguma coisa assim, porque eu, pelo menos, fui para o Tiradentes, em 1972. Então, se eu fui torturado no sentido físico,

de choque na orelha, pancada na cabeça, porque eu estava com o pulmão arreventado por causa dos tiros, nos primeiros momentos que estive lá, quando eu voltei depois, e eles já não precisavam me apertar, porque já tinham assassinado companheiros com quem eu tinha contato, digamos, para cima na organização...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem?**

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Uma porção deles. O Mortari já tinha ido. Lembrar todos os nomes agora, não vou conseguir recordar todos os nomes agora. Os companheiros que já tinham sido assassinados, que estavam, digamos, acima de mim, então, se já não me chamavam mais para fazer a tortura, fazer interrogatório, mas estar lá, ouvir os gritos, ouvir o cano do pau-de-arara para ser montado, ouvir abrir a cela, o Marechal, aquele JC, ia falar um nome feio, mas em respeito à comissão não vou falar, aquele JC com aquela atitude, que ali tinha um prazer também, psicológico, na cabeça daquele doente, e não só uma ação premeditada de tortura, a forma como aqueles caras vinham abrir a cela, eles sabiam que um cano batendo, que uma chave fazendo barulho, que aquilo ali era uma ameaça.

Então, o cantar do Edgar, o nosso cantar ali era uma busca de sobrevivência. Acho que é muito importante registrar isso.

Aliás, não sei se tem sentido, mas quero registrar, hoje na Folha de São Paulo o Contardo Callegaris, é esse o nome dele, tem um artigo dizendo, que diz que a tortura é necessária e justificável. Está na Folha de São Paulo de hoje. Esse sujeito pega uma hipótese específica para argumentar que a tortura se justifica. Só para registro.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você falou de duas pessoas, JC e Marechal. Na sua época, você ficou por nove meses lá, você viu um monte de coisas. Já era dividido em três equipes?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Já. Não me lembro quem era o terceiro carcereiro.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Era o Longaretti, aquele policial do Rio de Janeiro, gordo?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu pessoalmente não lembro, mas o Pedro está dizendo que sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você foi torturado?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você sabe quem atirou em você?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Não. Eu tenho algum traço fisionômico dele, mas foi muito rápido. Quando eu virei para o lado, vendo um sujeito vindo para cima de mim, ele disparou.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você lembra o nome de algum torturador? O Ustra?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Sim. O Ustra foi quem me recebeu logo que cheguei ferido, lá no pátio do DOI-CODI, ele e uma equipe. Eles me rodearam, mas estava baleado, tinha tomado cinco tiros e eu caí no chão e eles me carregaram. Quando eles viram o sangue, viram a situação em que eu estava, foi uma gritaria lá no pátio, acho que naquele pátio de baixo, não tenho certeza, mas me lembro do Ustra falar para levar esse cara porque senão não vai dar. Aí eles me levaram para o Hospital das Clínicas, no dia em que o Andraus pegou fogo. Eu já relatei isso no outro depoimento.

Quando eu voltei, Ustra, aquele cara que tinha a âncora de marinha, Ramiro, o Gaeta, o Carioca... O Carioca eu encontrei, eu cruzei com ele na rua depois de solto. Ele passou e eu passei. O Carioca, o Gaeta, o Calandra, que não lembro o nome frio dele lá, o Padre eu lembro bem da figura dele.

**O SR.** – Capitão Ubirajara, o Calandra.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Isso. Já depois a respeito dele já.

Voltando para o Edgar, o que eu me lembro é da convivência longa com ele na cela, ele como uma pessoa com essa característica que o Pedro já colocou, que ele não

era chamado para nada, isso para mim me dava desconfiança. Eu convivia, a gente convivia ali, era necessidade aquela convivência, mas eu ficava no meu canto, vamos dizer assim. Eu não sabia quem ele era, era estranho o fato dele não estar sendo chamado para nada, e isso para mim não estimulava nenhum tipo de conversa que pudesse revelar alguma coisa, ou até mesmo revelar alguma debilidade ou fraqueza que a gente tivesse.

Então, eu também não aprofundava nenhuma conversa, a não ser com os companheiros que eu já conhecia de fora do DOI-CODI. E uma coisa que me lembro, além dessa história de cantar, do Edgar, é como ele devorava os jornais que vinham embrulhando comida, já numa fase final, quando alguns familiares levavam coisas para nós embrulhadas em jornal.

Não sei se você lembra, Pedro, ele ficava num canto e lia o jornal, cada letrinha, cada palavrinha, comentava conosco o que estava acontecendo, jornais velhos. Mas é só uma característica.

Agora, eu tenho a impressão de que quando nós fomos para o Tiradentes, mas é uma impressão, o Edgar não estava mais conosco. É uma impressão.

Agora, quero também reforçar uma coisa que o Pedro já falou, e vou colocar: eu tenho muita coisa apagada na minha cabeça desse período. Não consigo lembrar os detalhes. Tem muita coisa que às vezes outros companheiros vão falando que eu tenho dificuldade de recompor na cabeça.

Então, eu acho também que há um processo até de autodefesa da gente, de não registrar tanta coisa. Se no início não registra porque está na confusão, está sob ameaça, está estonteado com o processo, no período posterior, que foi longo, e que já não havia essa tensão da tortura direta, em que pese, evidentemente, o clima de tortura permanente, mas os registros são muito fracos na cabeça, na minha cabeça. Tem coisas pontuais, como essa que estou colocando, que são bastante fortes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando eles souberam que seu pai era militar?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Ele não era militar. Ele tinha uma aproximação com várias pessoas que estavam, digamos assim, à direita, mas não militares. O que aconteceu é que meu pai, por uma série de razões, quando eu fui preso e eu fui levado para o Hospital das Clínicas, por causa do incêndio do Andraus, eles me colocaram com



o nome de José da Silva e fizeram alguns exames e me colocaram numa maca lá. Como o Andraus pegou foco e entupiu o HC de gente queimada, eu fiquei nos corredores, algemado numa maca, e um deles fazendo guarda, mas passava gente, passava enfermeiro. Eu me lembro que um enfermeiro parou perto de mim para ver como eu estava, imediatamente eu falei meu nome, falei que era da ALN e pedi para avisar todo mundo, ele ficou assustado, mas o fato concreto é que no dia seguinte, se não estou errado, ou dois dias depois, meu pai recebeu, através de uma companheira, ele recebeu a informação de que eu deveria estar preso no DOI-CODI e ele conseguiu colocar uma foto minha na Folha de São Paulo, desapareceu estudante...

Isso, para mim, eu não sabia, mas foi um benefício evidentemente. E ele passou a ir lá no DOI-CODI direto, bater na porta, procurar pelo filho dele. Eles diziam que eu não estava lá, aliás, eu não estava lá mesmo, estava no hospital do Cambuci por um tempo. Então, houve muita insistência dele em tentar me ver, saber de mim. Não sei que repercussão isso teve lá dentro.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você conviveu como Melinho?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu me lembro do Louquinho. Eu me lembro da figura dele, mas não me lembro de ter convivido com ele. Não me lembro se fiquei na mesma cela com ele.

**O SR. MANUEL MORAES** – O senhor falou de Marechal. Para nós de Pernambuco o Marechal é uma peça importante porque a família de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz tem a informação, através da história de entrega de alimentos e tal, e da roupa, que Marechal complementa o nome. Vocês têm informação do nome de Marechal?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Infelizmente não. Marechal era uma figura extremamente característica, tanto fisicamente como pelas atitudes. Ele era o carcereiro bonzinho, digamos assim. Entenda-se o bonzinho evidentemente. Ele vinha, falava: que pena, os homens estão te chamando lá em cima. Esse era o bonzinho dele.

Eu me lembro que, por exemplo, depois de uns quatro ou cinco meses que estava no DOI-CODI eles, eu já contei isso no depoimento passado, eles resolveram que tinha

mais coisa para tirar de mim, e me chamaram num dia bem cedo, meu nome de guerra era Betão, não me lembro se foi o Gaeta, um deles, me chamou no canto e disse: você vai se arrebentar. Você não falou tudo que você tinha de falar, você vai ver só. E me botaram na cela forte, aquela fechada, logo cedo. Evidente que fiquei apavorado e fiquei pensando o que eles queriam e o que, eventualmente, eles podiam estar sabendo que eles poderiam cobrar de mim. E fui para dentro da cela forte.

A cela forte é um retângulo de um metro e meio por dois e meio, chão de cimento, uma privada turca, que só tem o pé para você pôr o pé para se agachar, no fundo, e mais nada, e uma porta de ferro com aquele quadrado que abre para poder ver quem está lá dentro, passar alguma coisa; me jogaram lá dentro, estava com uma roupa, e era o Marechal, e me lembro que falei para o Marechal: vou ficar aqui até quando? Eles vão te chamar só de noite, se prepara. Ele tinha um vozerão.

Essa era a tortura já, você ficar esperando o momento que você vai ser chamado para ser torturado. Isso já é a tortura. E me lembro que...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Suspenderam a comida naquele dia?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Tudo. Ficar lá, tchau. Espera até a hora. E me lembro que uma hora o Marechal vem e abre, não me lembro o que tinha, mas tinha uma frestinha de luz e eu fiquei tentando ler alguma coisa que não lembro o que eu tinha, algum recorte, alguma coisa. Mas cheguei à conclusão que não ia conseguir ler nada, porque era tudo escuro ali dentro.

E uma hora abre a porta, logo depois, tipo 40 minutos depois que me trancaram lá, o Marechal abre a portinhola: e aí, está tudo bem? Ele pegou e me jogou uma banana. E trancou a porta.

E o meu recurso, eu comentei isso na vez passada, foi eu dormir até a hora que me chamaram. Eu apaguei, dormi. E quando me chamaram fizeram as ameaças. Tem uma história que posso contar, mas não é o que interessa agora, é mais para contar como era esse Marechal, qual era a postura que ele assumia.

Eu acho que ele já tinha naquela época, eu tinha 22 anos, ele era um sujeito que devia ter uns 50, 40 e tantos, então não sei se ele ainda é uma pessoa que está viva, mas era uma pessoa para se achar.

**O SR. MANUEL MORAES** – No livro de Taís Almeida, *Sem Vestígios*, fala, cita Carioca. E Carioca também é importante para a gente porque no livro há a tortura de David Capistrano, que é pernambucano. Carioca teria sido o pivô. E existe uma foto no livro que queria sugerir que a comissão...

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Eu reconheço. O Carioca eu tenho ele na minha cabeça.

**O SR. MANUEL MORAES** – Há uma foto no livro, a gente não trouxe, mas é disponível, a comissão pode adquirir e entregar a vocês, e há uma foto onde a autora diz que Carioca é um dos quatro integrantes da equipe da foto.

Então, se pudessemos fazer essa identificação através de vocês, seria importante para a gente. O Cláudio Guerra, dia 31 de janeiro, esteve em Recife e ele se comprometeu, olhou os quatro e identificou um dos quatro, mas não quis dizer, naquela ocasião, o nome e nem quem era o Carioca. Segundo ele, ele identificou um dos quatro.

Então, era importante porque, se por acaso Cláudio Guerra identificou o Carioca, e vocês também identificam, a gente consegue.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Essa foto é de que época?

**O SR. MANUEL MORAES** – A foto é de 1962, Araguaia. Tem uma foto em preto e branco onde tem quatro pessoas numa espécie de morro.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – É no livro do Cláudio Guerra?

**O SR. MANUEL MORAES** – Não. O livro é de Taís Almeida, *Sem Vestígios*, que nesse livro entra em detalhes da morte de David Capistrano, que é pernambucano.

Então, em função disso, nós perguntamos a Cláudio Guerra, com o livro, quem seria o Carioca. Ele olhou, hesitou em dizer na hora, mas disse que tinha reconhecido.

Então, essa informação, se vocês conseguem ver a foto e identificar o Carioca, cruzando com a de Cláudio Guerra, a gente pode atestar por duas fontes, tanto o Cláudio Guerra como por você, quem era o Carioca. Isso, para a gente era importante, como encaminhamento.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Era careca, moreno, traços... Eu tenho ele, é que não sou capaz de fazer um desenho, mas eu tenho a cara dele.

**O SR. MANUEL MORAES** – O livro, a foto no livro está muito boa, de altíssima qualidade. Então, era bom a gente ver, entrar em contato com vocês, com a comissão, para esse reconhecimento.

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quer concluir alguma coisa?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Só vou reafirmar a importância do tombamento do DOI-CODI e de transformar o DOI-CODI num memorial, em particular, para homenagearmos a memória dos que foram assassinados ali.

**O SR. MANUEL MORAES** – Deputado, mais uma pergunta. Vocês tiveram ou estiveram com Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier ou David Capistrano?

**O SR. ARTHUR SCAVONE** – Não.

**O SR. MANUEL MORAES** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Amélia Teles.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Bom-dia. Eu sou Maria Amélia de Almeida Teles, fui presa política junto com toda a minha família no dia 28 de dezembro de 1972, e fiquei na Operação Bandeirantes, até o dia 14 de fevereiro de 1973.

Nesse período, eu sou testemunha ocular de um assassinato, que era um dirigente comunista que foi preso junto com a minha família, Carlos Danielle, mas não conheci o Edgar de Aquino Duarte, na Operação Bandeirantes.

No dia 14 de fevereiro nós fomos transferidos para o DOPS e ali eu fiquei sempre na cela 3, que era chamada naquela época de cela das mulheres, e sozinha, porque só tinha eu, mulher que ficava presa nessa época era só eu. Os outros eram os homens, enfim, todas as celas tinham homens.

E numa, me parece que em abril de 1973 eu vi passar esse homem alto que vocês falam com capuz. Então, não vi o rosto dele, só vi as mãos, e me impressionou, porque ele era alto, magro e as mãos muito longas e muito brancas. E aquilo me impressionou.

Talvez por ter ficado muito tempo só eu me lembro, estou vendo o Arthur falar que ele se confunde, eu posso até ser confusa, mas eu me lembro muito de tudo que aconteceu comigo, porque eu ficava sozinha conversando comigo mesma. Então, isso gravou muito na minha memória.

Esse homem me impressionou ao passar ali. Eu ficava naquela janelinha ali onde você recebe alimento, ficava sempre atenta quando qualquer movimento, qualquer barulho ali, e perguntei a alguém que passou, porque tinha sempre alguns presos, que a gente falava presos comuns, que ficavam servindo, levavam café, almoço ou jantar no DOPS, e eu perguntei para um deles quem era aquela pessoa, e eles me falaram que era Edgar de Aquino Duarte. Eles inclusive falaram o nome todo, porque o próprio Edgar deve ter passado, em algum momento, esse nome para eles. E depois, às vezes, eu conseguia me comunicar com algum preso político. A comunicação é uma necessidade tão forte no ser humano que até hoje eu fico pensando como a gente conseguia se comunicar.

Mas me lembro que falava, conversava com Ivan, não sei, eu falava que nós que inventamos o fax, eu e o Ivan, porque ali a gente conseguia, às vezes passava até papel. Tinha uma gretinha entre a parede e a laje e a gente passava algum papel, alguma coisa.

E às vezes algum preso passava naquele corredor para fazer a barba, porque a cozinha era barbearia, era tudo, uma cozinha que tinha depois das celas. Aquele corredor acabava numa espécie de cozinha, muito suja, que às vezes, algumas vezes eu levava o lixo lá. E ali tinha um lugar para colocar lixo. E era muito sujo ali, e era ali que o pessoal fazia a barba. Pelo que eles me explicavam, eu entendia que era ali.

E algum preso passando, e todo mundo se incomodou com o Edgar. Quando o Edgar chegou ali, todo mundo se incomodou, porque logo ficaram sabendo que ele estava a quase dois anos preso, que a gente achava que a gente não ia ser assassinado, nós estávamos pensando que agora no DOPS a gente ia ser legalizado e não ser assassinado. Essa era a ideia que a gente tinha.

E, de repente, tinha um cara com dois anos lá e que podia ser assassinado. Era esse o comentário. Então nós também podemos ser assassinados. Todo mundo se preocupava muito com o Edgar porque ele podia ser nós amanhã, então, não sabemos. E ninguém conhecia, mas fazia esse comentário.

E o César, meu companheiro, porque o César, se estivesse aqui, o César conviveu muito com ele no fundão, porque o César foi para o fundão. Como o César era tuberculoso e diabético, e tinha de tomar insulina, eles isolavam muito o César porque eles tinham medo que alguém pegasse, naquele tempo era seringa e usava muita seringa para você injetar outras drogas. Então, eles tinham muita preocupação com o César e ele ficava no fundão, ficou lá, e às vezes os presos do fundão como os presos que estavam ali naquelas celas saíam para o corredor, onde falava que ia tomar sol, e eu ficava sempre atenta naquela janelinha que dava para o corredor.

Fiquei, tive a oportunidade então, algumas vezes o Edgar começou a sair do fundão e tomar sol, aí já sem o capuz, e tive a oportunidade de conversar com ele, e ele dizia para mim que ele ia, de tudo que ele estava entendendo ali, que ele ia ser morto, ia ser morto porque era isso que os caras, inclusive os caras, os policiais, os torturadores diziam para ele que ela estava tomando sol para parecer que ele estava bem e eles iam soltá-lo e iam matá-lo, e ia ter essa versão de que ele foi justificado.

Ele contava essa história para nós, para mim e para os outros presos que estavam por ali. Eu me lembro do Joel Rufino, que é meu amigo até hoje, converso com ele, o Genoíno, que estava preso ali, e teve um determinado momento que chegou o Jorgito, que era o irmão da Soledad Viedma, que era de Recife, presenciou ou soube ou estava envolvido naquela chacina da Chácara São Bento, lá em Olinda, e ele dizia que ele, que o problema do Edgar era porque ele sabia que o cabo Anselmo era infiltrado. Era essa a colocação que se fazia.

O Edgar...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você lembra quando o Jorgito chegou?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Eu cheguei no dia 14 de fevereiro, o Jorgito chegou depois, ou março. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Você conversou com o Jorgito?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Um pouco, mas quem conversou mais foi o César, porque teve um momento em que ele ficou na mesma cela.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quem é o César?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – É meu companheiro, César Augusto Teles, que conversou mais, mas eu conversei com o Jorgito também, porque quando tiravam o Jorgito de dentro da cela ele ia para esse corredor e nós conseguimos fazer, não sei como, nós conseguimos fazer uma bola de meia e a gente jogava futebol.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O corredor que você fala é o da frente das celas?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – O de tomar sol, do fundo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Da ferrovia?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Da ferrovia, ao lado das celas. A gente gostava de jogar futebol com aquela bola, quando era possível.

E o Jorgito comentou do cabo Anselmo, pelo que me lembro. E o Edgar não chegou a falar muito comigo do cabo Anselmo. O que ele falava comigo era de uma angústia muito grande, porque quando você sabe que você vai ser morto, mas não sabe o dia e nem a hora, então você não sabe se vive, como você consegue viver, e ele falava assim: eu estou ficando louco, queria que eles me matassem logo, porque resolvia isso. E a gente querendo dar vida para ele, a gente querendo compartilhar com ele essa expectativa de que a gente também podia, nós estamos sobrevivendo, mas nós também podíamos sair dessa situação. A gente tinha a esperança e queria passar aquela esperança para ele. Mas estava muito difícil.

E todas as vezes que ele ia tomar sol ali, ele cantava, vocês estão falando de cantar, mas ele cantava o Hino Nacional e o Hino da Marinha, e marchava. Ele era o típico, para mim, o típico militar. Eu pensava que ele devia ter algum problema de militar, e militar quando odeia militar, vai matar mesmo. Eu pensava isso comigo, porque ele não falava de organização política.

Eu sei que a última vez que eu pressenti, o Edgar passou uma vez ali na cela, no corredor de dentro, interno, não o que a gente tomava sol, e foi para a carceragem, e na carceragem tinha interrogadores que gritavam com o Edgar e batiam nele. Eu sentia o gemido dele e ouvia aquele gemido. Eu não vi, porque na cela 3 você não via a carceragem, você ouvia. E ali eu ouvi eles gritando: você está se metendo com segredo de Estado e você tem de morrer. Eu ouvi isso uma vez.

E aí já era próximo do dia 22 de junho, quando eu, o César e o Genoíno somos transferidos para o presídio do Hipódromo, e o Edgar fica. E a primeira coisa que nós fazemos é falar com o Virgílio, o advogado, Virgílio Enei, para fazer alguma coisa por aquele homem, porque ele está desesperado e fala que vai morrer. Aí o Virgílio conta para nós que ele entrou com um pedido de *habeas corpus* e que ele foi na auditoria e a auditoria parece que não respondeu o suficiente para ele e ele então vai no DOPS e fala com o Alcides Singillo, que era o delegado de polícia do DOPS, e que era responsável pelo processo, meu, do César e do Genoíno. Ele que assina, que interroga a gente lá no DOPS.

Então, o Singillo diz que ele teria sido solto e teria se justicado, que é exatamente a versão que o Edgar já dava antes para nós. E nunca mais nós tivemos notícia. Eu fico muito impressionada com isso porque a gente viu a construção de uma figura, do desaparecimento forçado, a gente viu ali sendo construído, porque o Edgar foi talvez desses desaparecidos políticos o que tenha mais testemunhas, quantas pessoas conviveram e conversaram com ele, quantos presos, e que são sobreviventes, e nunca, quer dizer, a nossa interpretação toda para o fato é que ele tinha convicção de que o cabo Anselmo era infiltrado, agente infiltrado, e essa confirmação, eu até faço, agora é a minha interpretação dos fatos, eu falo que o que eles falaram é que era segredo de Estado. Para mim era isso, eu fico imaginando, e por isso ele foi morto. Ele foi morto por causa do cabo Anselmo.

Até pensando aqui, eu faço a proposta de uma resolução da Comissão da Verdade que haja uma convocação do cabo Anselmo, para ver, esclarecer o que aconteceu com Edgar de Aquino Duarte.



**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Só queria registrar o seguinte, até para o pessoal de Pernambuco ficar atento, porque o Ivan Seixas tem contato com o Jorgito Viedma, lá no Paraguai, e o Ivan pediu...

**O SR. MANUEL MORAES** – Ele está morando em Foz do Iguaçu.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Aí depois o Ivan fala. Por que estou pedindo a palavra? O Idibal Pivetta foi preso em 5 de maio de 1973, sai do DOI-CODI em 15 de junho, fica 20 dias no DOPS, e vai para o Hipódromo. O Idibal conversava toda noite, na grade, com o Jorgito. Quem mais estava lá nesse período? Paulo Frateschi, Jorgito Viedma, e um advogado do Rio de Janeiro, que o Idibal lembra que o nome dele era Brandão, depois foi eleito Deputado Federal pelo Rio, pelo PTB.

Ele não tem certeza se é o Brandão Monteiro. Então, Ivan, Amelinha e os companheiros aí, o que o Jorgito Viedma falava para o Idibal e para todo mundo que estava lá? Que a situação do Edgar complicou muito porque com o fuzilamento, com a morte do pessoal da São Bento, ficou claro, pela primeira vez, para o Edgar e para todo mundo, que o Anselmo era o agente duplo. A partir daí o Edgar, foi decretada a pena de morte dele.

Então, seria legal, seria correto que nós convidássemos o Idibal Pivetta, o Brandão não pode mais, o Ivan tentar, embora isso vai ser objeto do livro, você vai falar sobre isso, o Jorgito, e o Paulo Frateschi, que são as pessoas que conversavam com o Edgar de Aquino Duarte na grade, e principalmente o Jorgito, que estava chegando de Pernambuco e que sabia da história toda. Isso o Ivan, para fechar, tem condição de dar o fechamento.

Você queria falar?

**O SR. MANUEL MORAES** – Não. O encaminhamento é esse. Está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Só queria, antes de fechar, para o Ivan dar um fechamento para essa questão do Jorgito, André, daria para você falar um pouco mais do irmão do Melinho? Você falou do irmão do Melinho, que ele teria um irmão que era médico?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Era jogador de futebol profissional e depois virou médico e trabalhava na Volkswagen na época. Então, teve um dia que ele levou alguma coisa para o Melinho, comida, sei lá, e ele falou desse irmão dele. Acho que era Antonio Carlos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Que era médico da Volkswagen e foi jogador de futebol profissional? Você não lembra onde?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – Ele foi jogador de futebol profissional no São Paulo, na década de 1950 e pouco. E jogava na cidade deles, não sei se era Tanabi, mas não lembro, e depois ele fala que ele jogou futebol profissional durante alguns anos e depois ele virou médico e trabalhava na Volkswagen na época.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Só um esclarecimento. O Jorge Viedma mora em Assunção, Paraguai. Conversei com ele por e-mail, ele está escrevendo um livro, está finalizando um livro com um jornalista de Pernambuco, e ele se dispõe a falar à Comissão Nacional, ou à Comissão Estadual também, que eu propus, falei das duas, daqui e de Pernambuco, mas ele colocou apenas como condição, primeiro terminar o livro porque ele está empenhado nisso; se dispôs a conversar comigo antes disso, se eu fosse a Foz do Iguaçu, porque ele mora no Paraguai e ele iria a Foz do Iguaçu para conversar comigo para tentar combinar alguma coisa.

E o que ele fala, ele afirma também categoricamente que o Anselmo era infiltrado etc., que quando ele é trazido a São Paulo, depois, porque o massacre foi em 8 de fevereiro de 1973, ele vem para cá um mês, um mês e meio depois, em 8 de janeiro, ele vem para cá e é colocado no fundão, numa cela ao lado da cela do Edgar, e lá o Edgar começa a falar sobre o cabo Anselmo, dizendo que ele foi preso, foi morto, e o Jorge diz que falou: eu conheci o cabo Anselmo e ele na realidade não foi morto, é um agente infiltrado que provocou a morte de várias pessoas, inclusive da minha irmã, Soledad Barreto Viedma, no massacre que houve lá em Pernambuco.

E aí o Edgar caiu em si sobre essa história, confirmando: mas você tem certeza? E começou a ficar muito mal, dizendo: que absurdo, que canalha. E falava muitos palavrões. Todo esse tempo eu acreditando que esse desgraçado tinha morrido e ele estava matando as pessoas.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então, deixa claro uma coisa. O Edgar vai preso em 1971, e o Anselmo também é preso em 1971. Como o Anselmo aparece, em 1973, lá em Pernambuco?

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – A trajetória do José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, basicamente, ele teria sido preso, como nós vimos, aquela pessoa que a gente identificava como sendo o cabo Anselmo, provavelmente em 30 de maio de 1971 e chegou à cela, no fundão do DOPS por volta do dia 2 de junho de 1971. Ele chega encapuzado, conduzido por três caras da equipe do Fleury, que carregavam ele porque ele estava quebrado de tortura. E um deles é o Carlinhos Metralha, e estava com uma jaqueta jeans cobrindo o rosto, e é colocado lá. E a gente tem aquele diálogo lá, você que está aqui, ele diz que está bem.

O que se monta da história do cabo Anselmo é, que depois disso ele muda de lado, começa a trabalhar. Há um relatório no arquivo do DOPS, chamado Relatório de Paquera, em que ele descreve a ida dele, em novembro de 1971, chama-se Relatório de Paquera, não tem uma identificação do autor, mas percebe-se, pela descrição, em que ele relata a ida dele ao Chile e ele conversa com vários exilados, inclusive Onofre Pinto, Maria do Carmo Brito, o pessoal todo da VPR que está lá, e ele se engrandece dizendo que eles sabiam que eu era o cabo, mas não tinham coragem de perguntar.

E ele escreve ao final uma coisa muito canalha, muito sórdida, que ele conheceu uma moça paraguaia muito bonita, muito culta, mas com essas coisas românticas da revolução socialista, filha de um fundador do Partido Comunista Paraguaio, e me afeiçoei a ela, e tem uma frase emblemática da canalhice dele em que ele diz: se fosse possível pedir, gostaria que a solução final a ela não fosse a extrema. É a frase em que ele pede para o Fleury não matá-la.

Ele sabia que o que ele estava fazendo era trazer as pessoas para o Brasil para serem mortas. Essa é a trajetória do Anselmo.

Depois dessa ida, aqui em São Paulo ele era conhecido como Jonatas. Na VPR eu cheguei a vê-lo uma vez, fui cobrir um ponto como segurança de um outro companheiro e nós estávamos, a pedido do capitão Carlos Lamarca nós mantínhamos o pessoal da VPR, que era o Aluísio Palhano, o Anselmo e outras pessoas, com o dinheiro que a gente tinha a gente mantinha a atuação deles aqui. Uma das vezes, para passar esse dinheiro, eu fui como segurança de um outro companheiro. Então, eu sabia do Jonatas, quem era ele e tal.

Depois que ele volta do Chile, ele volta com outro nome. Ele é deslocado para Pernambuco. Jonatas era o nome de guerra que ele usava na clandestinidade, como militante da VPR.

**O SR. MANUEL MORAES** – Em Pernambuco era Daniel.

**O SR. ANDRÉ TETSUO OTA** – E quando ele volta para o Brasil, do Chile, ele já muda de nome, para despistar. Ele vira Daniel e vai lá para Pernambuco. E o que se percebe, pelos depoimentos que ele deu ao DOPS, ele passa a ser um *serial killer* que traz para o Brasil os exilados que vão ser assassinados.

Então, na organização, segundo o Jorgito, ele tinha um nome, que era Jadiel e externamente ele era Daniel, para as pessoas que não eram da organização. E ele começa a trair as pessoas, e essa armadilha de trazer as pessoas, eram pessoas banidas, pessoas exiladas, que vinham para cá e certamente iriam ser assassinadas. E ao final, em janeiro de 1973, é montada essa farsa de que houve um combate na Granja São Bento, no município de Paulista, não existe município chamado São Bento, mas o município de Paulista, perto de Recife, 70 km se não me engano, e eles montam, eles capturam os seis que vão ser assassinados em vários lugares. A Pauline e a Soledad são capturadas dentro da butique que elas tinham como meio de vida, são muito espancadas ali, e são, batem com a cabeça da Pauline na mesa e tudo mais, e dali eles são levados para algum lugar onde são assassinados. E lá na Granja São Bento, na realidade, é montada uma farsa de que houve um combate.

O José Manuel é preso na cidade dele, que não lembro o nome, então cada um é preso num lugar e o massacre é apenas a farsa para dizer que houve isso. É noticiado que houve um combate, que morreram seis terroristas, e um deles, de nome Daniel, consegue fugir. É o cabo Anselmo que eles dizem que escapa desse enfrentamento, desse combate com a repressão.

Então, toda essa história o Jorgito traz para São Paulo e fala isso para o Edgar, lá nas celas do fundão, e aí que o Edgar passa a ter a certeza de que o que ele achava que era seu amigo na realidade era um canalha traidor, que matou várias pessoas, inclusive esses seis, que uma delas era a irmã do Jorgito.

**O SR. MANUEL MORAES** – Só para colaborar, a Comissão da Verdade de Pernambuco, eu sou relator do caso da granja também. Essa butique, na verdade, é uma

outra boutique, que elas faziam material artesanal, roupas, customização, e vendiam nessa boutique que ficava em outro bairro, chamado Boa Viagem. E essa boutique foi onde houve a prisão de Pauline e de Soledad.

A dona dessa boutique é Sonja, que é viva, e ela é a principal testemunha dessa prisão de Soledad e de Pauline. A Sonja já deu depoimento, na época do atentado, do sequestro das duas, ela fez um depoimento à OAB, porque ninguém quis receber o depoimento e a denuncia, inclusive num ato de bravura.

Nós, na Comissão da Verdade de Pernambuco, Deputado, nós estamos trabalhando, e à lógica das recomendações de futuro, a criação de um chamado reconhecimento patriótico daquelas pessoas que, apesar de toda a repressão, tiveram a coragem de colocar as suas vidas em risco. E a Sonja é uma patriota inestimável. Ela, com o seu marido, tinham vindo de fora do país inclusive, tinham acabado de chegar no Brasil, então havia toda uma possibilidade deles serem massacrados, mas eles dois não se abstiveram, foram ao único lugar que recebeu, a OAB, e esse depoimento de Sonja existe, existe depois, com a abertura política, o depoimento dela em outros processos, inclusive da Anistia. Todos os processos da Granja São Bento, relacionados a Pauline e Soledad, está anexado o depoimento de Sonja.

E Sonja deu um depoimento mais recente ao Ministério Público Federal, inclusive com mais detalhes em relação à ação do cabo Anselmo, porque ela identifica Pauline e Soledad, portanto quebra a versão do massacre, do tiroteio, da farsa.

Um depoimento à Comissão da Verdade de um ex-agente da repressão política, Ferreira dos Anjos, que seria uma espécie de Cláudio Guerra de Pernambuco, sendo que ele era da Polícia Militar, ele deu depoimento falando sobre o massacre da granja, ele dá o depoimento de que houve uma grande farsa e que ele não diz que colaborou na farsa, mas sabia que houve uma farsa e que a farsa foi montada por conta do medo que a repressão tinha da opinião pública.

Esse é um dado importante, quer dizer, havia uma tentativa de legalizar, não só legalizar através de falsos processos, como a gente sabe, mas também de fraudar a opinião pública, criando teatrinhos. Você matava as pessoas em determinadas circunstâncias, que é isso que Ivan falou, e levava para outros lugares, fazendo com que as pessoas fossem entendidas como se fosse tiroteio e, portanto, a repressão teria legitimidade em matá-las.

Agora, essa questão da granja é muito importante que possamos fazer conjunto a essa sessão, e levantar elementos, tanto com Sonja ou com novos depoimentos de

peças que testemunharam esse massacre. Nós estamos conseguindo um contato com uma das pessoas que fez o laudo médico dos corpos, que estaria viva. Se essa pessoa der o depoimento, ela vai ser fundamental, porque ele faria toda a versão, derrubaria a versão.

Então, assim que a gente tiver informações, a gente passa para a Comissão “Rubens Paiva”, para que a gente possa compartilhar desse processo de investigação desse processo, dessas informações.

Agora, um elemento central que se reveste nesse processo também é o fato de Soledad estar grávida de cabo Anselmo. Essa é uma situação que foi testemunhada por uma advogada de Pernambuco chamada Mércia Albuquerque. Ela identifica, porque na verdade todo o massacre da granja é denunciado, *a posteriori*, pela atuação da advogada de presos políticos Mércia Albuquerque. E é ela que desmonta a tese do tiroteio, do processo de resistência, e é ela quem identifica o corpo de Soledad e do feto, que estaria dentro de uma circunstância, como se fosse um balde, o corpo projetado dentro do balde e embaixo o feto de Soledad, e que esse seria o filho de cabo Anselmo.

Essa tem sido uma característica extremamente cruel dessa narrativa da granja, porque haveria não só a morte de uma companheira, no sentido de uma relação afetiva, mas também de um filho do próprio cabo Anselmo, uma execução dupla da atuação dele como infiltrado.

Então, isso é o que se coloca. Claro que existem situações que questionam isso, e por isso que a gente precisa levantar essa audiência, fazer pesquisas.

Mas uma coisa também importante é que esse massacre da Granja São Bento, pelas informações que a gente também já conseguiu levantar, eu não posso afirmar, mas tem uma presença importante da equipe de Fleury, em Pernambuco e em São Paulo. Isso, para a gente, é importante, porque voltando ao depoimento de Marival Chaves, essas duas equipes tinham interlocução em um ponto em comum, que era o Fleury, o Perdigão e o comandante Ustra. E no depoimento de Marival, a equipe que atuava em Pernambuco e em São Paulo tinha maior autonomia, e autonomia é algo muito importante no sentido de saber a questão do índice de repressão.

Então, para vocês terem uma ideia, nós temos em Pernambuco 51 desaparecidos políticos, e se você pegar a população de Pernambuco e de São Paulo, em tese, proporcionalmente falando, nós tivemos mais. Dá para ver que o nível de repressão foi, proporcionalmente, lá, muito grande. Nós temos, em tese, cerca de 100 torturadores denunciados em Pernambuco, dentro da estrutura do DOI-CODI.

Essa lista de torturadores é dos ex-presos políticos que foram torturados. Nós tivemos a Ilha de Itamaracá como um centro de tortura e de ajuntamento, como também a Ilha de Fernando de Noronha, porque a repressão em Pernambuco foi usada estrategicamente pelo Sistema Nacional de Repressão também na ditadura de Vargas.

Na verdade, Fernando de Noronha foi usada desde a Guerra dos Farrapos. A liderança dos Farrapos, quem foi preso do Rio Grande do Sul, foi levado para Fernando de Noronha. Marighella foi preso em Fernando de Noronha.

Então, Fernando de Noronha era ponta de lança do Governo Brasileiro para tortura já no Estado Novo, e com a ditadura Pernambuco colaborou dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Fernando de Noronha era um prolongamento do Estado de Pernambuco?

**O SR. MANUEL MORAES** – Na verdade é uma ilha que fica afastada. Itamaracá, não, fica mais próxima. Mas, o fato é que esses dois lugares, essas duas ilhas, é uma estratégia de repressão desde a época colonial. Tanto Itamaracá como Fernando de Noronha eram lugares para colocar pessoas presas, no caso de Fernando de Noronha, de abandoná-las em ilha, degredar a pessoa, no sentido da pessoa morrer.

Há um texto muito importante, de uma historiadora de Pernambuco, que nós podemos repassar, que é da doutora, e posso encaminhar o texto, que é muito interessante, sobre a Ilha de Itamaracá, e que faz todo esse resgate, inclusive da prisão de Marighella, do massacre do PCB, no próprio Estado Novo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Preciso liberar as nossas testemunhas.

**A SRA. LÍLIAN** – Sou Lílian, assessora da Comissão da Verdade de Pernambuco. É que essa lista de 51 mortos e desaparecidos de Pernambuco cresce muito quando se coloca aí os camponeses, que não se tem ideia da quantidade de camponeses que foram assassinados em Pernambuco.

Inclusive em Pernambuco já existia essa prática citada aqui, da Usina Campaíba, na época de 1964, dos camponeses que foram jogados em fornos de usinas, para serem incendiados.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – David Capistrano está no foco de investigação de vocês?

**A SRA. LÍLIAN** – Está no nosso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Hoje, às duas horas, nós voltamos, vamos interromper, porque hoje tem ainda...

**O SR. MANUEL MORAES** – Deputado, para retificar na Ata, é Marieta Borges, Dra. Marieta Borges. É uma historiadora e nós temos um escritório do Governo em Itamaracá e ela que levantou todo o acervo da Ilha de Itamaracá e que colabora com a Comissão da Verdade de Pernambuco. É Marieta Borges, para registro na Ata. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Excelente. Alguém quer falar mais alguma coisa? Podemos encerrar? (Pausa.) A sessão está suspensa e volta às duas horas.

\* \* \*

A sessão é suspensa.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – ... 2013, às 14:00h, na Assembleia Legislativa, Auditório “Teotônio Vilela”, para oitiva de depoimentos sobre Edgar de Aquino Duarte, desaparecido em 1973.

Convidamos, para compor a Mesa, o Dr. Sérgio Gardenghi Suiama, procurador regional do Ministério Público Federal, e responsável pela ação criminal contra agentes do Estado acusados de serem os responsáveis pelo desaparecimento forçado de Edgar de Aquino Duarte.

Se houver como as pessoas que o acompanham, vamos convidá-las para a Mesa. Queria convidar a Maria Teles para acompanhar os trabalhos da Mesa.



Só queria dizer que o pessoal da Comissão da Verdade de Pernambuco, que veio acompanhar os casos dos pernambucanos daqui, Collier, Santa Cruz e Edgar de Aquino Duarte, esperamos que essa relação continue. Vocês estão de parabéns. Muito obrigado. Foi um intercâmbio excelente.

**O SR. MANUEL MORAES** – Quería dizer, Deputado, que a comissão de Pernambuco “Dom Hélder Câmara” tem tido a colaboração de grandes parceiros. E um parceiro fundamental para os nossos trabalhos tem sido a PFDC e o Dr. Sérgio Suiama deu uma contribuição, tem dado uma contribuição infinita a todas as solicitações que nós fizemos, ele nos enviou, e tem sido um colaborador, uma pessoa que não só nós admiramos pelo trabalho que faz aqui em São Paulo, mas como referência nacional desse grupo de trabalho do PFDC, que para Pernambuco tem sido um grande colaborador.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Que hora você tem de sair daqui?

**O SR. MANUEL MORAES** – Vou ouvir o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então fica conosco e com o doutor Sérgio.

Estamos também recebendo os procuradores da Casa, Dr. Carlos (inaudível), nosso companheiro Maximino, o delegado da democracia. Depois nós vamos ter o caso do Dênis Casemiro, que nós vamos convidar o senhor para depor. Estamos terminando o caso anterior. Quantas horas o senhor viajou para chegar aqui? Sete. Veio como voluntário, de Votuporanga, sete horas de viagem para depor aqui na comissão.

Tem a palavra Sérgio Suiama.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Boa-tarde. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite formulado pelo Deputado Adriano Diogo, em nome da Comissão Estadual da Verdade. É realmente um prazer, uma honra estar aqui na Assembleia Legislativa. Eu também fui funcionário, trabalhei nesta Casa, então é sempre um prazer poder voltar aqui à Assembleia.

Gostaria de agradecer as palavras gentis que o Manuel, da Comissão da Verdade de Pernambuco me fez. Comissão da Verdade de Pernambuco também tem um papel muito importante na investigação de fatos do nosso passado triste, não muito distante.

Então, fui convidado hoje para contar um pouco o que nós apuramos em relação ao caso do Edgar de Aquino Duarte. Antes de apresentar propriamente o caso, queria fazer uma introdução para dizer qual é o nosso papel, qual é o papel do Ministério Público Federal nesses casos relacionados a graves violações dos direitos humanos cometidos durante o regime militar.

Como vocês sabem, em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos editou uma sentença contra o Brasil, condenando o Estado Brasileiro a investigar todas as graves violações de direitos humanos cometidos durante o regime militar.

Essa sentença foi proferida no âmbito do caso da guerrilha do Araguaia. Então, em princípio, ela analisava, a corte analisou o caso da guerrilha do Araguaia, mas nos pontos resolutivos da sentença, especificamente nos pontos 3 e 9, a Corte Interamericana ampliou esse escopo da sentença, para o fim de determinar que outras graves violações dos direitos humanos não previstas, não contidas naquele caso especial da guerrilha do Araguaia, fossem apurados.

Então, o que disse a Corte Interamericana? Ela disse que não só o Estado Brasileiro deveria apurar criminalmente os casos dos desaparecidos do Araguaia, mas disse que o Estado Brasileiro deveria apurar também todas as graves violações de direitos humanos cometidos durante o regime militar. E disse mais. Ela disse que o Estado não poderia nem invocar a Lei da Anistia, de 1979, e nem a prescrição penal, para fins de impedir a responsabilização dos autores, dos agentes de Estado autores de graves violações de direitos humanos durante esse período.

Então, a partir dessa sentença da corte, o Ministério Público Federal, lendo a sentença da corte, entendeu que ele era um dos destinatários do Estado Brasileiro em relação a esse conteúdo dessa sentença, que é importante ressaltar, não é um parecer, não é uma opinião, não é uma recomendação. É uma sentença judicial, editada por uma corte internacional, da qual o Brasil, à qual o Brasil reconhece o caráter vinculante das suas decisões.

Então, o Ministério Público Federal falou, a corte, há uma decisão judicial condenando o Estado Brasileiro a investigar, e nós do Ministério Público Federal, que somos o órgão responsável por promover as ações criminais que dizem respeito aos

crimes cometidos pelos servidores da União, temos o dever de promover então a responsabilidade criminal dessas pessoas que praticaram esses crimes.

Então, esse entendimento do Ministério Público Federal, que não é o entendimento meu, não é o entendimento dos procuradores A, B ou C, é um entendimento institucional da Câmara Criminal do Ministério Público Federal, em Brasília, da Procuradoria Geral da República, determinou então que fossem instauradas investigações e promovida a responsabilização criminal desses agentes.

Então, nesse intuito é que então foram instauradas diversas investigações em andamento. Nós estamos para publicar um relatório sobre esses dois anos de atividade de persecução penal do Ministério Público Federal nesse assunto, e eu trago para vocês a notícia de que já estão instaurados, com número aqui, eu trouxe também para a Comissão da Verdade, os procedimentos instaurados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Marabá, em Pernambuco, a respeito dos crimes, e essas são investigações criminais, então não estamos mais falando da responsabilização civil, e esse é o avanço, estamos falando das responsabilizações criminais desses agentes.

Então, aqui há uma lista com todos os procedimentos instaurados, inclusive do Dimas Casemiro, perdão, do Dênis Casemiro, que é o caso, o irmão dele é o Dimas... Dentre as investigações, uma delas refere-se ao Dimas Casemiro de Abreu.

Então, nós temos hoje em andamento 193 investigações instauradas no Brasil, sendo 136 da Procuradoria da República do Rio de Janeiro, 53 na Procuradoria da República de São Paulo e as demais nas outras localidades, especialmente em Marabá, onde se apura o desaparecimento, em um único procedimento, o desaparecimento das pessoas do PCdoB na região do Araguaia.

Então, a nossa atividade de investigação como funciona? São instaurados procedimentos de investigação criminal específicos para cada vítima ou para cada evento. O caso da guerrilha do Araguaia é tratado como um evento, mas, por exemplo, o sequestro do Edgar de Aquino Duarte foi tratado como um evento específico e individual. A morte do Alex de Paula Xavier Pereira e do Gelson Reicher, que ocorreu na mesma circunstância, é tratado também em um procedimento específico.

Então, é esse o nosso modo de trabalhar no Ministério Público. Nós instauramos investigações criminais e tentamos recuperar os documentos daquela época, através do acesso aos arquivos públicos, Arquivo do Estado e Arquivo Nacional, e também a oitiva de testemunhas que sejam capazes de informar sobre fatos relativos a esses casos que nós estamos investigando.

Aqui em São Paulo já foram ouvidas cerca de 20 testemunhas. Já ouvimos diversos ex-presos políticos, inclusive há algumas testemunhas do próprio caso do Edgar de Aquino Duarte, estou vendo aqui o Damião, que foram arroladas e foram ouvidas pelo Ministério Público, e também em relação aos outros casos que estão em andamento.

Então, além dos ex-presos políticos nós temos ouvido também pessoas que são apontadas como deladoras, ou como cachorros, dos órgãos de repressão. Nesse sentido nós já ouvimos duas dessas pessoas que são apontadas como cachorros, no intuito não de responsabilizá-los diretamente, mas no intuito de saber para quem eles trabalhavam. Ou seja, quem eram os agentes que estavam ali na linha de frente das buscas e dos interrogatórios, para então poder ouvi-los e depois responsabilizá-los criminalmente, na medida da sua responsabilidade.

E também temos ouvido agentes da repressão penal. Ouvimos o próprio réu dessa ação penal, que é o Carlos Alberto Augusto, que foi ouvido pelo Ministério Público. Também foram ouvidos agentes que ao longo da história informaram, ou delataram, relataram fatos que tinham presenciado.

Ouvimos o Marival Chaves Dias do Canto, que deu uma entrevista desde 1992 dizendo que ele havia participado, ou havia ouvido certas coisas, ou havia visto certas coisas, e também ouvimos o Cláudio Guerra, os dois no Espírito Santo, que também num livro recente disse que ele havia levado vários corpos de presos políticos para serem incinerados numa usina de cana de Campos dos Goytacazes. É o próprio caso que foi tratado aqui do Fernando Santa Cruz, que é um dos casos que é mencionado pelo Cláudio Guerra como um dos corpos que teriam sido levados para Campos dos Goytacazes, nessa usina de cana do ex-governador.

Então, nós temos ouvido todas essas pessoas, tentando então recuperar essas histórias do passado, nesse intuito muito específico criminal de responsabilização dos agentes. O nosso objetivo é menor nesse sentido do que o objetivo da Comissão da Verdade estadual, no sentido que nós não temos a intenção, ou a pretensão de esgotar ou de apurar vários aspectos relacionados à ditadura militar nesse período.

O nosso escopo é um escopo mais prático, mais pragmático, de tentar verificar se o crime ocorreu e quem foi o responsável por esse crime ocorrido, que ainda esteja vivo e possa ser responsabilizado. Esse é o nosso intuito.

Nesse intuito, então, que estava dizendo, nós temos essas investigações em andamento, 136 na Procuradoria do Rio de Janeiro, 53 em São Paulo, e em São Paulo,

dessas 53, duas viraram ações penais. O caso do Edgar de Aquino Duarte, que vai ser tratado hoje, e depois fui convidado novamente para falar do caso do Aluísio Palhano, na segunda-feira.

Então, feita essa introdução, vou fazer uma referência aos fatos que foram apurados em relação ao caso do Edgar de Aquino Duarte. Eu trouxe aqui para a comissão e também trouxe mais 10 cópias da denúncia, da ação penal que foi ajuizada, e também dos documentos materiais, além das provas testemunhais que estão citadas, dos documentos que estavam arquivados no Arquivo do Estado, comprovando o sequestro de Edgar de Aquino Duarte no DOI-CODI e depois no DOPS.

Queria então entregar uma cópia para a comissão, e também uma cópia para a Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco. E tenho mais 10 cópias e as pessoas que tiverem interesse podem pegar.

**O SR. MANUEL MORAES** – Só queria registrar o interesse de Pernambuco neste caso porque ele é pernambucano.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Sim, é verdade, ele é pernambucano de Bom Jardim.

Esse caso do Edgar de Aquino Duarte é um caso muito, ele não é o caso, pela experiência que nós conseguimos ter já, acumular, ao longo desses meses de investigação relacionados a casos da ditadura militar, o caso do Edgar de Aquino Duarte é um caso, eu diria, se me permite, Deputado, um caso atípico. Por que atípico? Porque o caso do Edgar de Aquino Duarte é um caso, o sequestro e a prisão dele no DOI-CODI e no DOPS foram presenciados por dezenas de presos políticos.

Ele foi preso no dia 13 de junho de 1971, há um registro documental da prisão dele arquivado no Arquivo do Estado de São Paulo, essa prova documental é a ficha individual do Edgar de Aquino Duarte, e aqui consta preso em 13 de junho de 1971. Tem a fotografia dele, as digitais todas, aqui está o local da prisão, proveniente do CI Exército, proveniente do Centro de Informações do Exército. Motivo da prisão, para averiguações. Aí está dizendo aqui, profissão, corretor de valores, residência, Rua Martins Fontes, 268, apartamento 807, Consolação. O endereço anterior é na Rua Turiassu, 489, Perdizes. Tem aqui a qualificação completa dele, natural de Bom Jardim, Pernambuco, nascido em 22 de fevereiro de 1941, há o nome que ele usava como

corretor da bolsa de valores, Ivan Marques Lemos, e aqui há a organização terrorista subversiva a que ele pertencia, falava aqui nenhuma.

Então, este caso para nós é um caso atípico porque ele é um dos poucos casos que tem provas testemunhais e materiais do sequestro e do desaparecimento de dissidentes políticos, ou de pessoas que estavam vinculadas a dissidentes políticos, porque no caso do Edgar, nem mesmo ele era um dissidente político. De manhã vocês já fizeram várias oitivas. Então, nem mesmo ele era um dissidente político.

Então, os outros casos que nós temos apurado de desaparecimentos, a situação é muito diferente, porque ou a pessoa foi torturada no DOI-CODI sem que a maioria dos presos lá tivesse visto a pessoa presa dentro do DOI-CODI, ou então, a partir de 1971, 1972, a pessoa simplesmente era sequestrada na rua e desaparecia; levavam ela para um centro clandestino e depois, de lá, ela desaparecia.

Esses casos do desaparecimento na rua, como é o caso da Ana Rosa Kucinski, como é o caso do Luiz Almeida Araújo, são casos mais difíceis de serem provados porque ninguém viu a pessoa ser sequestrada.

Uma situação muito diferente é a situação do Edgar de Aquino Duarte, porque, como eu disse, dezenas de pessoas viram ele preso no DOI-CODI e no DOPS, e tem uma prova material, um documento da própria Operação Bandeirantes, coordenação de execução da Operação Bandeirantes, ficha individual, dizendo que ele havia sido preso, com a data de entrada.

Então, é muito difícil, nessa circunstância, uma defesa, como a que li depois do coronel Ustra, de que isso é tudo um ato de vingança de ex-presos políticos que estavam no DOI-CODI que estão querendo acusá-lo de todas as coisas que aconteciam lá dentro, e pessoas que nunca passaram por lá, e estavam sendo acusados.

No caso do Edgar essa defesa cai por terra, porque há uma prova documental, assim como no caso do Rubens Paiva também há uma prova documental de que ele entrou ali.

Então, esses casos, para nós, são muito mais fáceis de serem levados à justiça criminal. Outros casos são mais difíceis de a gente provar, porque para provar, por exemplo, o caso do Luiz Almeida Araújo, eu teria de provar que alguém, algum agente do Estado o sequestrou ali perto da Avenida Angélica, quando ele tinha deixado o Paulo de Tarso Celestino para dar uma volta no quarteirão, depois sumiu e nunca mais ninguém viu.

Ora, se eu não tenho nenhuma testemunha, ou nenhum documento que ele sumiu na rua, como posso imputar isso a fulano, sicrano ou beltrano? É muito mais difícil essa situação.

Qual foi a linha que nós adotamos? Nós adotamos essa perspectiva de investigar os casos todos que eram levados, mas priorizando aqueles casos em que nós já tínhamos mais provas, mais elementos de convicção para promover a responsabilização criminal das pessoas.

Então, o primeiro caso que nós ajuizamos foi do Aluísio Palhano e o segundo caso foi o caso do Edgar de Aquino Duarte.

Só me permitiria agora fazer um breve resumo do que nós conseguimos apurar no âmbito desse procedimento do Edgar de Aquino Duarte.

Ele era fuzileiro naval, foi membro da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, juntamente com outro personagem que é importante neste caso, que é um personagem-chave, que é o famigerado cabo Anselmo. Então, os dois, tanto o cabo Anselmo quanto o Edgar de Aquino Duarte eram membros dessa Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Essa associação, em 1964, se opôs ao golpe e promoveu algum tipo de ato de apoio a João Goulart. Então, em razão desses atos de apoio a João Goulart, os membros dessa associação foram todos cassados, e vários deles se exilaram para outros países.

Tanto o Edgar quanto o cabo Anselmo foram para o México. No caso do Edgar, porém, ele voltou no ano de 1968, portanto, ele não ficou no México, não foi para Cuba, como foram outros militantes, que foram do México para Cuba. No caso do Edgar, ele foi para o México, então ele foi para Cuba, era uma informação errada que nós tínhamos, que ele voltou em 1968. Voltando em 1968, ele abandonou a militância política e passou a atuar como corretor da bolsa de valores usando o nome falso de Ivan Marques Lemos.

Dentre os documentos que nós obtivemos cópia no Arquivo do Estado, tem aqui um pedaço manuscrito de papel dizendo o endereço do trabalho de Ivan Marques Lemos, companheiro de apartamento. Companheiro de apartamento de quem? Companheiro de apartamento do cabo Anselmo.

Em 1970 o Edgar de Aquino Duarte teve o infortúnio de encontrar o cabo Anselmo na rua, isso é contato pelo próprio cabo Anselmo no livro que ele escreveu, e o cabo Anselmo então pediu para que ele o abrigasse na sua residência, na Rua Martins Fontes. O Edgar concordou com isso.

Essas informações são dadas pelo cabo Anselmo em três depoimentos que ele deu a jornalistas que foram publicados e foram anexados aos autos. E essa prova que nós obtivemos, que estava no Arquivo do Estado, no arquivo do DOPS, endereço de trabalho de Ivan Marques Lemos, companheiro de apartamento.

Então, aqui para nós fica provado que ele estava sendo ali vigiado não pelas atividades dele, mas pelas atividades do cabo Anselmo, que então veio a ser preso em maio, ou se entregou, há controvérsia sobre isso, mas o fato é que ele veio a ser preso em maio de 1971 ou em junho de 1971.

Ele foi preso, segundo depoimento que consta também, nós juntamos aos autos, no dia 04, vou entregar à comissão, as declarações prestadas por José Anselmo dos Santos no dia 4 de junho de 1971. Também está aqui como um dos documentos que foram obtidos no Arquivo do Estado.

E aqui ele conta toda, ele faz a delação dele toda, dizendo com quem ele se encontrava, que se encontrava com Aluísio Palhano, com Edson Quaresma, com as pessoas da VPR e também no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a Inês Itiene Romeu, ele conta mais ou menos quais eram as atividades dele em relação à VPR depois que ele voltou de Cuba, e ele conta depois, nesse depoimento aqui, que ele morava com o Edgar de Aquino Duarte e que era então companheiro de apartamento.

E essas informações são confirmadas por esse depoimento, pelos livros que foram publicados contendo as entrevistas do cabo Anselmo, e também por esse documento constante do DOPS dizendo companheiro de apartamento.

Tudo isso nos leva a crer, então, que o Anselmo foi preso, ou se entregou, no dia 4 de junho de 1971, nove dias antes do dia 13 de junho, que é o dia que consta naquele documento que mostrei para vocês, que é a data do sequestro do Edgar de Aquino Duarte.

Então, o Anselmo foi preso e fez o acordo de delação com os militares, isso é confirmado também por esses documentos que foram obtidos aqui, e em seguida o Edgar de Aquino Duarte é preso.

Por que o Edgar de Aquino Duarte é preso, segundo a nossa hipótese, a hipótese que consta da ação penal? Ele é preso porque tinha conhecimento das atividades do cabo Anselmo e o cabo Anselmo, uma vez em liberdade, se ele encontrasse novamente com o Edgar de Aquino Duarte em liberdade, eles saberiam que o cabo Anselmo estava em liberdade e operando como infiltrado da polícia, da repressão política da época.



Então, para evitar que o cabo Anselmo fosse desmascarado nas suas atividades de infiltração, o Edgar de Aquino Duarte foi preso no DOI-CODI, onde ele manteve contato com inúmeros presos políticos. Ele ficou preso inicialmente na cela, ouvimos três testemunhas que permaneceram presos, ou na cela do lado ou na própria cela do Edgar de Aquino Duarte. Uma delas é o José Damiano de Lima Trindade, que disse aqui que durante o período de 45 dias ele recorda-se de um preso, ele permaneceu preso, desculpe, durante o período de 45 dias e que ele recorda-se de um preso recolhido em outra cela da mesma ala esquerda da carceragem, e os agentes referiam-se a ele como Ivan. O depoente recorda-se de ter ouvido várias vezes que ao ser chamado de Ivan esse preso retrucava gritando algo assim: meu nome não é Ivan, meu nome é Edgar de Aquino Duarte.

Pelo inusitado da situação, o depoente nunca se esqueceu de tais episódios. Anos após, libertado o depoente reconhecia fotografia desse suposto desaparecido como sendo aquele mesmo preso Edgar de Aquino Duarte, a quem os agentes do DOI-CODI se referiam como Ivan.

Depois, uma outra testemunha, Arthur Scavone. Edgar de Aquino Duarte ficou conosco, em cela coletiva nas dependências do DOI-CODI num período que não sei precisar exatamente quanto tempo. Acho que ficou conosco por cerca de um mês. Isso ocorreu provavelmente em março ou abril de 1972.

Uma outra testemunha, Pedro Rocha Filho. Ele conviveu, acho que é uma testemunha que conviveu mais proximamente com o Edgar de Aquino Duarte na cela do DOI-CODI. Ficou preso no DOI-CODI por oito meses e 15 dias e durante quase todo esse período esteve na mesma cela de Edgar de Aquino Duarte, o X3. Não conhecia Edgar antes, mas passou a conviver com ele e se tornaram próximos. O declarante só não se lembra se Edgar foi transferido antes ou depois dele. Posteriormente soube que Edgar foi transferido para o DOPS. Durante os meses em que estiveram juntos, Edgar permanecia direto no DOI-CODI sem ser incomodado. Seu codinome era Ivan Marques Lemos. Era sob esse nome que Edgar estava registrado na grade do DOI-CODI. Segundo Edgar contou ao declarante, ele já estava a algum tempo preso. Edgar achava que Anselmo havia sido preso e sob tortura teria entregue o local onde habitava.

Edgar dizia que achava ter visto Anselmo preso no DOPS. Ele não sabia que Anselmo fora solto. Continuava achando que ele estava preso.

O declarante achava a situação de Edgar estanha, pois ele não era mais militante, e os agentes da repressão não buscavam nenhuma informação dele. Edgar tinha

esperança de ser solto, e o declarante acredita inclusive que Edgar estava disposto a ficar em silêncio caso isso acontecesse.

A prisão de Edgar foi testemunhada e comunicada muitas vezes, e por isso, durante muito tempo, o declarante achou que Edgar estivesse vivo, já que é difícil de acreditar que os militares o tivessem matado, em razão de tantas testemunhas terem presenciado a sua prisão. Na época em que estive no DOI-CODI Edgar estava bem de saúde.

Então, nós ouvimos essas três testemunhas que confirmaram que o Edgar foi levado, foi preso em junho de 1971 e ficou, permaneceu no DOI-CODI até, pelo menos, o ano de 1972, onde ele conviveu com essas testemunhas que mencionei: José Damião, Pedro Rocha Filho e Arthur Scavone, dentre outras inúmeras que passaram pelo DOI-CODI.

Em 1972 ele foi transferido para as dependências do DOPS, onde ele ficou no chamado fundão, famigerado fundão, e lá também ele manteve contato com diversos presos políticos, dentre os quais, a testemunha Ivan Seixas, a testemunha Lenira Machado, a testemunha César Augusto Teles, a testemunha Maria Amélia de Almeida Teles e também o advogado Virgílio Egídio Enei, que não estava preso lá, mas que era advogado de presos políticos, então ele também chegou a advogar em favor do Edgar de Aquino Duarte.

Segundo a testemunha Ivan Seixas, ele reencontrou-se com Edgar no DOPS, não vou contar tudo aqui porque acho que o Ivan já falou, mas ele também confirma que manteve contato com o Edgar no DOPS, que a última vez que viu Edgar foi em março de 1973. A testemunha Lenira Machado também diz que viu Edgar no chamado fundão do DOPS. Esse depoimento foi confirmado por César Augusto Teles, que diz que ficou no DOI-CODI até 14 de fevereiro, depois foi para o DOPS e lá ele encontrou Edgar de Aquino Duarte e ele disse que em 22 de junho de 1973 foi transferido juntamente com a sua companheira Maria Amélia para o Presídio do Hipódromo e o Edgar ainda estava no DOPS.

Então, em junho de 1973, que é o último depoimento que nós conseguimos colher de testemunhas, de presos políticos que estavam naquela época lá, então até junho de 1973, pelo menos, Edgar de Aquino Duarte estava no DOPS de São Paulo.

A Maria Amélia Teles também confirma essa informação, e ao advogado Virgílio Enei disse o seguinte, que o declarante confirma as informações de fls. 9, segundo a qual recebeu do delegado Alcides Singillo um despacho afirmando que Edgar

estava preso no DOPS, mas que havia sido libertado. O declarante afirma que talvez esse despacho esteja arquivado no Arquivo do Estado. Infelizmente não está.

Outro delegado do DOPS, de nome Fábio Lessa, também confirmou ao declarante na época dos fatos que Edgar estava, de fato, detido no DOPS. Não conhecia pessoalmente Edgar, por isso não sabe dizer se o viu nessa delegacia. Ressalta, porém, que muitos presos políticos relataram ter visto Edgar preso no DOPS.

Então, para nós, ficou plenamente provada, tanto pelas provas documentais como pelas provas testemunhais, o que nós chamamos de materialidade delitiva. O que é materialidade delitiva? É a prova da ocorrência do crime de sequestro. Então, já está provado para nós, já estava provado para nós, já está provado para nós que o Edgar de Aquino Duarte foi sequestrado entre 13 de junho de 1971 até julho de 1973 na dependência do DOPS e depois ele permaneceu sequestrado, permanece sequestrado, segundo a nossa tese, em local ignorado, de conhecimento só das pessoas que praticaram esse crime, dentre os quais os réus que estão nessa ação.

Então, para nós, uma vez provada a materialidade, faltava então identificar quem são os autores desse crime, porque um crime sempre tem a materialidade e a autoria. E quem são os autores que nós conseguimos, então, identificar como autores desse fato criminoso? O primeiro autor, que é apontado como autor desse crime, é o réu, hoje réu, Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O Carlos Alberto Brilhante Ustra, que já é de conhecimento desta comissão, foi comandante operacional do DOI-CODI entre 28 de setembro de 1970 e 23 de janeiro de 1974. Ele tinha a alcunha de Dr. Tibiriçá, e ele comandava, segundo as próprias palavras dele, o Destacamento de Operações Internas, DOI, do Segundo Exército de São Paulo.

E além dessa posição de comando, que era ocupada pelo Carlos Alberto Brilhante Ustra, nós tivemos a preocupação de tentar identificar algum ato específico que o Ustra tivesse vinculado ao caso do Edgar de Aquino Duarte, para evitar essa discussão infundável sobre a teoria do domínio do fato, que fez muito sucesso por ocasião do Mensalão. Então, nós queríamos evitar essa discussão se a pessoa que comandava, mas que não fez diretamente nenhum ato pudesse ser responsabilizada. Então, nós tentamos buscar algum ato que pudéssemos vincular o Ustra a esse caso do Edgar de Aquino Duarte.

Isso foi feito através do testemunho do, além da ficha da Operação Bandeirantes, que está juntada aos autos, informando a prisão do Edgar de Aquino Duarte pela Oban,

no dia 13 de junho de 1971, quando o Ustra estava lá no comando da organização, nós também obtivemos uma declaração de presos políticos, especificamente do Pedro Rocha Filho, dizendo que muitas vezes o Edgar de Aquino Duarte se dirigia ao Carlos Alberto Brilhante Ustra indagando quando a situação dele estaria resolvida. E daí, então, o Carlos Alberto Brilhante Ustra não dizia nada. É isso que consta da denúncia, é isso que consta do termo de depoimento do Pedro Rocha Filho.

Então, esta prova, para nós, é uma prova que vincula diretamente o Carlos Alberto Brilhante Ustra à responsabilidade pela manutenção ilegal, clandestina, do Edgar de Aquino Duarte nas dependências do DOI-CODI, porque então, não é apenas que ele estava na posição de comando do destacamento e por isso está sendo responsabilizado. No caso do Edgar de Aquino Duarte, além dele exercer a posição de comando, ele tinha conhecimento que o Edgar estava preso lá dentro, inclusive o Edgar o interpelava, o Carlos Alberto Brilhante Ustra, acerca da sua situação. E ele tinha a posição de liberar, esse era o dever dele, mas mesmo assim ele manteve preso lá dentro, numa situação totalmente clandestina e ilegal.

Por que ilegal? Isso é importante deixar claro. Porque nem mesmo durante o regime militar, nem mesmo pelo AI-5, e pela Constituição outorgada de 1969, estava um agente do Estado autorizado a manter pessoas presas sem nenhuma comunicação. Então, a prisão era totalmente, absolutamente ilegal, no caso do Edgar de Aquino Duarte, porque ninguém estava autorizado naquela época nem a torturar, a Constituição não autorizava as pessoas a torturar, e a Constituição também não autorizava a prisão não comunicada de alguém.

No mínimo, a prisão deveria ser comunicada ao delegado e ao juiz. Isso não era comunicado, e a pessoa ficava ali sem processo. No mínimo a pessoa teria direito a um processo, como é o caso também do Edgar. Então, por esse motivo o Carlos Alberto Brilhante Ustra foi denunciado.

O outro denunciado é o réu Alcides Singillo. O réu Alcides Singillo era delegado de polícia do Departamento de Ordem Política e Social, do DOPS, ele foi delegado de polícia do DOPS entre 1º de abril de 1970 a 25 de abril de 1975. Nós tivemos o cuidado de verificar o prontuário dele junto à Secretaria de Segurança Pública, então no prontuário dele consta esse período como o período em que ele esteve lotado no DOPS.

Ele hoje é delegado de Polícia Civil aposentado, e na época ele era responsável por fazer a parte de cartório, a parte mais burocrática do DOPS. Por que o Alcides

Singillo está sendo responsabilizado? Porque ele negou que Edgar de Aquino Duarte estivesse preso no DOPS naquela época ao advogado constituído Virgílio Lopes Enei.

Então, ao negar a presença do Edgar de Aquino Duarte em cela do DOPS, ele então compactuou com o sequestro clandestino e ilegal do Edgar de Aquino Duarte e por isso então ele foi responsabilizado também, está sendo responsabilizado também pelo sequestro do Edgar.

Então, a principal prova nesse sentido é o depoimento do próprio Virgílio Enei, de que então ele pediu informações sobre o Edgar e o Alcides Singillo disse que o Edgar não estava preso ali dentro do DOPS.

E o terceiro e último denunciado é o réu Carlos Alberto Augusto, à época conhecido como Carlinhos Metralha. Ele à época era investigador de polícia lotado no DOPS e integrava a equipe do famigerado delegado Sérgio Fleury. Hoje ele é delegado de Polícia Civil do Estado, e há uma discussão, vi que a comissão recomendou ali que ele não fosse lotado em Itatiba. Acho que é uma questão a ser discutida.

Então, nessa condição de agente do Fleury, Carlos Alberto Augusto foi responsável pela prisão do cabo Anselmo, José Anselmo dos Santos. Ele mesmo confessa – Carlos Alberto Augusto, numa entrevista que ele deu para o Percival de Souza que ele participou da prisão do José Anselmo dos Santos.

Essa informação confessional é confirmada, em relação ao Edgar de Aquino Duarte, pelo depoimento da testemunha Ivan Seixas, que conversou com Edgar de Aquino Duarte nas dependências do DOPS, e numa ocasião específica, quando o Carlos Alberto Augusto passava na carceragem, o Edgar de Aquino Duarte disse para a testemunha que quem o prendeu foi a equipe do Fleury e acrescentou que um dos membros da equipe era esse que anda por aqui toda hora, o Metralha, o Carlinhos Metralha.

Mencionou também o nome do agente Henrique Perrone, que já está falecido, e dois de que não se recorda, que pode ser Bellini e pode ser o Tralli. Tem certeza absoluta, esse depoimento da testemunha Ivan Seixas, que Edgar de Aquino Duarte lhe disse que Carlos Alberto Augusto participou de sua prisão na qualidade de membro da equipe do delegado Fleury.

Então, no caso do Carlos Alberto Augusto, ele é o autor do crime de sequestro do Edgar de Aquino Duarte, autor direto do sequestro do Edgar de Aquino Duarte. Foi ele que o prendeu na Rua Martins Fontes, na sua residência, com a sua anteprova, também documental, que eles sabiam da residência da vítima.

Então, essas provas todas são as provas que embasam a ação penal do Ministério Público Federal, que foi ajuizada no dia 24 de setembro de 2012. São testemunhas do Ministério Público, da acusação, José Damião de Lima Trindade, Arthur Machado Scavone, Pedro Rocha Filho, Ivan Akselrud Seixas, Lenira Machado, César Augusto Teles, Maria Amélia de Almeida Teles e Virgílio Egídio Lopes Enei.

Então, essas são as testemunhas arroladas pela acusação contra esses três réus, Carlos Alberto Augusto, Alcides Singillo e Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A ação penal foi proposta em setembro, como eu disse, foi recebida pelo Juízo da 9ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo, Dr. Hélio Egídio Nogueira. O juiz recebeu a denúncia, isso significa que ele acatou os argumentos levados pelo Ministério Público e ele abriu essa ação penal contra essas três pessoas e atualmente o processo encontra-se na fase de citação.

Como o Ustra mora em Brasília, então foi expedida uma carta precatória para Brasília, para citá-lo dessa acusação. Ele tem, em seguida, um prazo para responder preliminarmente a essa acusação, em seguida é ratificado o recebimento da denúncia e segue-se a fase de instrução, na qual então serão produzidas as provas e serão ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

Nós estamos muito certos da responsabilidade dessas pessoas, nesse caso específico, porque, como eu disse, é um caso até muito atípico porque há muitas testemunhas que presenciaram a prisão ilegal de Edgar no DOPS e no DOI-CODI, e esses depoimentos estão corroborados por provas documentais obtidas no próprio Arquivo do Estado de São Paulo, que mantém o arquivo do DOPS.

Então, são essas, nobre Deputado, as considerações iniciais que tinha a fazer e me coloco à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos em relação a esse caso.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – O Adriano está perguntando se quero falar. Eu tenho que agradecer ao Ministério Público Federal por ter tido essa iniciativa, porque todos nós que conhecemos essa história, e os que estão conhecendo agora, sabem o que é. Nós estamos convivendo com isso há 40 anos, com esse desaparecido, que você não sabe o que aconteceu com ele, e não sabe como foi preso, não sabe como viveu, e o Edgar é um caso que eu acredito que nós vamos encontrar casos parecidos, mas que não vai ter testemunha, mas que ficou muito tempo

preso, lá no Araguaia. Nós vamos encontrar guerrilheiros que ficaram por muito tempo presos.

Então, o Edgar é um caso emblemático e fico muito feliz que o Ministério Público Federal tenha se dado conta disso, encontrado esse caminho para buscar justiça, porque nós aqui estamos buscando construir a verdade, que essa verdade chegue a fazer justiça. E no caso, nós estamos vendo a concretização disso.

O que tenho a dizer é isso, e perguntar ao Dr. Sérgio se ele tem ou se ele poderia dar sugestões para nós aqui da Comissão da Verdade de como nós poderíamos fortalecer essa busca de justiça, porque é a construção da verdade e da justiça que estou vendo no Ministério Público Federal neste caso.

Então, o que a Comissão da Verdade poderia contribuir nesse caso?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Amelinha, eu vi, pela programação de vocês, que vocês vão ouvir várias pessoas, isso até ia sugerir para o Deputado, vocês vão ouvir vários casos, ouvir várias pessoas relacionadas a vários casos, o próprio caso do Dimas Casemiro, já foram ouvidos casos do Fernando Santa Cruz, vai ser ouvido do Airtton Mortati, enfim, já foi, tem vários casos.

Então, as testemunhas que vocês estão arrolando também são testemunhas de interesse do Ministério Público, porque o objetivo, muito embora nosso objetivo seja muito mais modesto, um pouco mais pontual, que é identificar quem são os agentes que praticaram crimes contra fulano, sicrano e beltrano, e o de vocês é mais amplo do que isso, a própria audiência de segunda-feira sobre a FIESP mostra isso, especificamente nesses casos individuais que vocês estão fazendo as oitivas, para nós seria interessante talvez que a gente pudesse fazer uma oitiva conjunta, o que a gente pudesse obter, não sei se está sendo feita a transcrição desses depoimentos, ou se eles estão sendo gravados em vídeo, não sei como isso está sendo feito na Assembleia, mas para nós seria interessante obter esses elementos para evita a duplicação da prova. Não é necessário.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Doutor, queria fazer a seguinte questão. Hoje pela manhã nós ouvimos alguns depoentes que estão como testemunhas neste caso e outros não. O caso do Edgar de Aquino Duarte é uma das coisas mais terríveis, acho que a Amelinha colocou que talvez o caso do Araguaia vai aparecer casos semelhantes a este do Edgar, mas esse é um caso em que o Edgar foi preso e estava condenado à morte desde quando foi preso.

E a pena de morte só foi autorizada depois que o Anselmo vai para Pernambuco, organiza a chacina, as pessoas morrem, aí o irmão da Soledad vem para o DOPS, entra em contato com o Anselmo e fala que o Anselmo é um agente duplo. Ficou público para o Brasil inteiro.

E o cabo Anselmo, em recente entrevista que ele deu para a TV Cultura, na nova fase do Roda Viva, ele cita o Carlos Augusto como seu grande protetor, inclusive lotado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e Fleury e toda essa história.

Primeiro queria saber, esse tipo de ação, quando que o juiz, o Poder Judiciário admitiu, quando foi feita a admissibilidade, quando o Poder Judiciário aceitou e como está tramitando esse processo?

Como foi um processo muito longo, da data da prisão até o eventual desaparecimento, em 1973, porque estava até, Amelinha saiu alguns dias antes do DOPS para ir para o Presídio do Hipódromo, e falei com o Idibal Pivetta e o Pivetta, o Paulo Frateschi, o Brandão Monteiro, Deputado do PTB do Rio de Janeiro, e o próprio Jorgito Viedma, irmão da Soledad, conviveram com o Edgar até o dia em que ele foi morto, cuja data presumida, não é Ivan e Amelinha, é 22 de junho de 1973.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Eu saí no dia 22 de junho. Nesse dia ele ainda estava lá. Depois...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O Idibal saiu um pouco depois, 7 de julho. O Brandão Monteiro ainda permaneceu preso, o Jorgito Viedma e o Paulo Frateschi também saiu nessa data.

Então, a segunda parte da pergunta é a seguinte. Tem como a Comissão da Verdade contribuir mais, porque são tantas as pessoas que conviveram com Edgar de Aquino Duarte da sua prisão até seu martírio, a sua morte, sua execução, que o número de testemunhas é muito grande, num período presumido de dois anos de confinamento. E como é a ação que está ajuizada, quais os próximos passos?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Sem dúvida nenhuma a comissão pode contribuir. Eu sugeriria que esses depoimentos, ou em vídeo ou degravados, fossem encaminhados para a 9ª Vara Criminal Federal, e lá juntados à ação, porque isso são provas que estão sendo juntadas por uma comissão estatal, do Estado Brasileiro,



encarregada de apurar esses fatos, legalmente encarregada de apurar esses fatos, então essa é uma contribuição para o processo e pode ser juntado no processo como prova.

O processo foi distribuído, como disse, no dia 24 de setembro de 2012 e foi recebida pelo Juízo da 9ª Vara Criminal, pelo Dr. Hélio Nogueira no dia 23 de outubro de 2012. O número do processo é 0011580-69.2012.403.6181. Qualquer cidadão brasileiro pode consultar o andamento da ação na internet.

Só fazer uma última observação, que acho importante. Esta é a primeira ação penal recebida pela Justiça Federal brasileira referente aos casos de São Paulo, DOI-CODI e DOPS. A primeira ação penal recebida pelo Estado Brasileiro em relação a crimes cometidos pela ditadura militar foi a de Marabá, o caso do Curió e do Lício Maciel. Em seguida, foi proposta a ação penal do Edgar de Aquino Duarte e foi recebida. Então, a primeira ação recebida em São Paulo, em relação a fatos do DOI-CODI e DOPS, então, Ustra e companhia limitada, é essa ação do Edgar de Aquino Duarte.

Então, há importância também simbólica, eu acho, para fins de prestação de contas do Estado Brasileiro em relação a esse dever de promover a responsabilidade criminal dos autores dessas violações.

**O SR. MANUEL MORAES** – Dr. Sérgio, nessa reflexão acerca do papel do Estado Brasileiro, nesse todo que ele é, republicano, como o senhor tem analisado, ou se o senhor solicitou documentos das Forças Armadas. Esses documentos foram disponibilizados ao Ministério Público Federal?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Até agora nós não fizemos solicitações de documentos às Forças Armadas. O que nós pedimos para as Forças Armadas foi o prontuário, a ficha funcional de algumas pessoas que estão sendo investigadas, com o objetivo de apurar onde elas estavam lotadas.

Mas, nós não pedimos documentos relacionados àquele período, até porque nós não sabemos que documentos eles têm arquivados lá.

Então, os documentos do SNI já estão ali no Arquivo Nacional, mas outros arquivos, pertencentes a órgãos militares, Exército, Marinha e Aeronáutica, eles não estão, nós não sabemos onde eles estão arquivados.

Nós temos uma estratégia. Qual é a nossa estratégia? Nossa estratégia é não esperar muito mais tempo para promover a responsabilidade criminal, até porque essas

pessoas vão morrer logo. Então, nós queremos priorizar os casos que nós temos mais provas. Nem sempre são os casos das lideranças maiores, ou mais importantes. O próprio caso do Marighella, esses grandes nomes não estão necessariamente sendo apurados com prioridade porque a nossa prioridade é apurar os casos que nós temos mais provas para poder levar essas pessoas a juízo e promover a responsabilidade criminal delas, pelo mínimo que seja. Obviamente jamais será à altura do que foi prático, mas pelo menos alguma coisa o Estado Brasileiro estaria dando de resposta.

**O SR. MANUEL MORAES** – Eu fiz essa pergunta, porque no próprio documento que o Ministério Público apresentou fala da ação do CIE. E o Centro de Informação do Exército também é responsável por um documento que consta no prontuário de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, da eliminação de Jair, que era uma pessoa de referência da coordenação nacional da AP.

Então, se conseguirmos a documentação, e estamos próximos dela, ela é subsidiária de uma possibilidade de responsabilização do próprio Exército.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Claro. Na verdade, isso também foi observado pelo Cláudio Fonteles, da Comissão Nacional. Muitas vezes esses arquivos, por exemplo, o Arquivo do Estado, muitas vezes ele tem no arquivo do DOPS, não só arquivos do próprio DOPS, ou seja, os depoimentos que foram colhidos pelo DOPS ali. Muitas vezes essas informações eram difundidas para vários órgãos da comunidade de informações, e nem todos esses documentos foram destruídos.

Então, talvez no Exército esses documentos foram destruídos, mas no DOPS eles estavam arquivados, então é o próprio documento, é o próprio caso desse. É um documento do Ministério do Exército encaminhando uma ficha de elementos, dentre os quais Edgar de Aquino Duarte. Esse é um documento do Exército que não estava no Exército, estava no DOPS, no Arquivo do Estado.

Então, para nós isso também foi visto pelo Fonteles no caso do SNI, no caso do Arquivo Nacional, que mantém o arquivo do SNI, e o próprio SNI é a mesma coisa. O SNI não tem só os arquivos do SNI, mas ele recebia documentos da comunidade de informações. Então, tem lá Celimar, do DOPS, do DOI-CODI. É uma maneira indireta de você obter documentos daquelas fontes militares.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Alguém gostaria de fazer mais algum questionamento, alguma dúvida?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Tenho uma pergunta em relação ao ofício que vocês mandaram em relação ao Carlos Alberto Augusto. Vocês chegaram a apurar onde ele está trabalhando efetivamente, se ele está como delegado de polícia, trabalhando? Eu localizei no Diário Oficial uma nomeação dele para a região, daquela seccional.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Saiu no Diário Oficial de segunda-feira.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – A nota eu vi. É uma nomeação dele para a região, Deinter. Essa nomeação do Deinter eu tenho, mas não tenho a de Campinas, a de Itatiba. E ele está fazendo as funções de delegado de polícia na delegacia de polícia?

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Dá um microfone para o Maximino, que é nosso assessora da bancada do PT para assuntos de segurança pública. Tem a palavra o delegado Maximino.

**O SR. MAXIMINO** – Dizia eu que ele foi designado para exercer as funções do cargo na delegacia de polícia de Itatiba, não como delegado de polícia titular. Lá existem mais delegados e ele é um dos delegados que vai trabalhar lá.

A designação dele saiu no Diário Oficial de sábado, nós tomamos conhecimento na segunda-feira, ele tem oito dias para tomar posse, evidentemente já deve ter tomado posse e já deve ter assumido as funções do cargo.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Ia sugerir, Deputado, se a Assembleia conseguisse apurar um pouco mais especificamente a situação dele, pensei talvez, já que ele é réu agora numa ação penal que está em andamento, a situação dele é

um pouco diferente de uma situação de não réu. Pensei talvez numa cautelar, numa coisa, que a gente poderia tentar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Correto. Vamos encaminhar isso pela comissão.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Talvez pedir que ele não ficasse, trabalhe em atividades-fim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – São vários os casos. Tem o Dirceu Gravina, tem o Calandra.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – No caso dele é que ele é réu já.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – É réu. Então, vamos acatar esse encaminhamento em relação ao Carlos Augusto, Carlinhos Metralha.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Precisa estudar esse caso, se vocês conseguissem apurar um pouco melhor, talvez a gente pudesse fazer um pedido judicial. Não garanto que o juiz dê, mas tentar ver alguma coisa nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Que tipo de aprofundamento de apuração?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Que ele não ficasse lotado em atividades-fim, porque a pessoa acusada de sequestro, réu numa ação penal de crime de sequestro trabalhando numa delegacia de polícia.

**O SR. MANUEL MORAES** – O senhor acha que o Ministério Público, o senhor acha que numa provocação das comissões ao senhor no Ministério Público seria importante?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Seria importante.

**O SR. MANUEL MORAES** – Deputado, poderia ser uma comunicação, por ofício, conjunta, da comissão de Pernambuco e da de São Paulo? Porque a gente encaminharia para ele a informação do Diário Oficial e nós interessados como somos, pela memória e verdade, pelo direito a essa informação, nós informamos o perigo que significa uma pessoa dessa natureza praticando atividades do sistema de justiça. No mínimo está colocando em risco todos os processos de investigação dos quais ele faça parte. No mínimo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos acatar isso e já vamos fazer um requerimento.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – A pessoa é acusada de sequestro de uma pessoa que sumiu numa delegacia de polícia, como fica a imparcialidade de um delegado em relação a casos similares. Talvez pudéssemos construir essa possibilidade. Até porque o sequestro, essa é a característica da nossa ação, ele não se encerrou em 1973. A nossa alegação é que o sequestro continua enquanto a pessoa não for localizada com vida, ou seus restos mortais não forem localizados.

**O SR. MANUEL MORAES** – Queria inclusive sugerir que para fazer o texto desse ofício, fosse colocado como subsidiário os tratados internacionais da decisão do Araguaia que o promotor colocou, porque inclusive existe um documento, Protocolo de Istambul, que regulamenta internacionalmente que torturadores devam ser afastados das suas funções, inclusive quando são em matéria de investigação.

Lógico que isso é um subsídio importante, porque não quer dizer que ele está sendo perseguido. Quer dizer, é uma regulamentação internacional que regulamenta que o Estado afaste os indivíduos que estão sendo investigados sobre tortura no período da investigação. Ele não foi condenado, mas como disse o procurador, ele é réu, então ele pode estar prejudicando.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – E, nesse caso específico, no Código de Processo Penal há nas medidas cautelares, uma medida específica de afastamento da função.

Então, é possível, dentro do processo penal, pedir isso mais fácil do que numa ação civil, por exemplo, porque já tem um processo penal em andamento do qual ele é réu.

A única coisa que acho que seria importante é verificar que tipo de funções ele está desempenhando hoje, se é uma função fim ou meio. Se for uma função de delegado de polícia, que está conduzindo inquéritos, aí eu acho que daria para pedir.

**O SR. MANUEL MORAES** – Excelente.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Se a comissão pudesse representar a mim, eu faria o pedido para o juiz.

**O SR. MANUEL MORAES** – Faríamos em conjunto. Queria aproveitar, presidente...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – A gente reúne a comissão de Deputados que compõem, aprova na comissão e encaminha. Aí dá mais base legal para caminhar.

**O SR. MANUEL MORAES** – Deputado, eu queria colocar a comissão de Pernambuco também como parte.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – A de vocês é força de lei, é importante.

**O SR. MANUEL MORAES** – E tem o fato de ele ser pernambucano. Então, nós temos todo o interesse público, do Estado de Pernambuco, de que seja procedido o ofício.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Importante. Vocês têm como aprovar, instância?

**O SR. MANUEL MORAES** – Temos discricionariedade para me colocar à disposição e o texto final nós iríamos compartilhar com a comissão de Pernambuco para fazer o pedido.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Excelente.

Então, vamos encaminhar o requerimento.

**O SR. MANUEL MORAES** – Presidente, eu sou relator do caso, então, em tese, sou eu que conduzo na comissão estadual o procedimento.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Só uma curiosidade. Meu colega Márcio, eu não sei o que ele acha, se é possível, com a experiência toda que você tem, o afastamento cautelar dele para atividades fim? (Manifestação fora do microfone.) Uma medida judicial? Pensei numa medida cautelar judicial.

**O SR. MÁRCIO** – Não vejo muito fundamento, Sérgio, pelo seguinte. Ele está dentro da carreira, está dentro da estrutura hierárquica funcional e não há comunicação entre o que aconteceu no tempo em que ele era policial, tecnicamente, administrativamente, e a atividade funcional dele hoje. Não vejo vínculo. A não ser que você faça uma ligação por princípios, que dá para a gente construir, mas que no dia-a-dia, falar para o Secretário de Segurança ou o Governador fazer essa construção e pedir, dizer que achamos juridicamente, por princípios, pensando principiologicamente, que ele deve ser afastado, não acredito que as autoridades com quem nós estamos lidando, o perfil político e ideológico, sejam capazes de aceitar um argumento desses.

Não vejo uma coisa mais especificamente que pudesse ser vinculante.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Não pensei no âmbito do Executivo, pensei no âmbito do Poder Judiciário, uma ordem judicial. Eu acho que o elemento novo concreto nesse fato é que o crime que nós estamos imputando a ele é um crime que ainda não foi exaurido.

Então, a nossa tese, que foi acolhida pelo Poder Judiciário, com base em três extradições do Supremo Tribunal Federal, é que o crime de sequestro ainda continua em execução até o momento em que é localizada a pessoa, com vida ou não.

Então, na denúncia há a imputação de um fato ainda em andamento. E como o fato ainda é em andamento, e antes ele não era réu e agora ele é réu numa ação, não sei, pensei que talvez, pelo menos acho que a gente tem de deixar claro que não é que uma pessoa que está sendo acusada de sequestro de um desaparecido político seja delegado de polícia numa delegacia de Itatiba.

**O SR. MÁRCIO** – O contra-argumento seria a presunção de inocência. Até mesmo para que ele sofresse a sanção penal seria necessário o trânsito em julgado, para que ele sofresse a sanção acessória, que seria a perda do cargo público, também seria necessário trânsito em julgado. Neste momento...

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Como cautelar eu pensei.

**O SR. MÁRCIO** – Olha, Sérgio, se pedir, o máximo que pode acontecer é nada.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – É uma possibilidade que pensei neste caso, porque é diferente, por exemplo, da situação dos outros delegados, em que eles não têm nada, porque não tem nenhuma acusação contra eles. No caso do Carlos Alberto Augusto há uma acusação formal contra ele, recebida pela justiça. Então, é diferente.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Estou pensando no caso, quem pode me ajudar a lembrar, acho que o Ivan, que é minha memória, você lembra que quando foi nomeado o Calandra, nomeado para o Serviço de Inteligência, nomeado pelo Alckmin, e ele teve de ser destituído por manifestação. Foi uma manifestação, foi pressão. Nós fizemos manifestação em frente à Secretaria de Segurança Pública, entregamos um documento assinado por todos os ex-presos políticos que foram torturados por ele, e foi revogada essa nomeação.

(Manifestação fora do microfone.)

Já aconteceu isso. Então, eu acho que juridicamente ou judicialmente a gente pode fazer essa representação. É como você colocou, se não der em nada, não deu. Nós fizemos uma manifestação, quem estava na manifestação, tinha 200 pessoas, lá em frente à Secretaria de Segurança Pública, e resultou que foi revogada a nomeação.



**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Se vocês encaminharem para mim uma manifestação, um pedido, e indicarem exatamente onde ele está lotado e o que ele está fazendo, eu estou disposto a fazer esse pedido ao juiz, um pedido de afastamento cautelar dele.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Eu acho que a Comissão da Verdade, os Deputados vão se reunir para decidir, mas a minha sugestão é que, até ia propor aqui, o que foi levantado aqui, que são, que seriam as resoluções desta audiência em relação ao caso Edgar de Aquino Duarte. Tem testemunhas do caso que ainda não foram ouvidas. Até a minha proposta é que sejam, essas oitivas sejam junto com o Ministério Público Federal, porque reforçam, que é o caso do Idibal Pivetta, do Paulo Frateschi. O Jorgito é mais complicado porque ele está em Assunção, no Paraguai. Pelo menos esses.

No caso aqui, a Comissão da Verdade deveria fazer a convocação, sempre junto com a Comissão Nacional da Verdade, que tem um termo de cooperação para trabalhar em conjunto, principalmente dessas oitivas do Ustra, do coronel Ustra, porque ele está envolvido no caso Edgar de Aquino Duarte, o Alcides Singillo, que é o delegado da Polícia Civil, o Carlos Alberto Augusto, que é o caso que nós estamos aqui discutindo, porque tem a documentação de que, ou pelo menos tem a declaração de que ele foi preso, que ele que prendeu o Edgar. A primeira pessoa a sequestrar o Edgar teria sido Carlos Alberto Augusto.

Então, é essa a resolução, uma resolução que você propõe que acho que deva ser concluída aqui é de encaminhar o material produzido aqui para a 9ª Vara Criminal da Justiça Federal. Essa sessão de hoje seja encaminhada, tudo que foi levantado do caso Edgar de Aquino Duarte, que acho que, e esse encaminhamento pode ser feito, estou sugerindo, pode ser feito junto com a Comissão da Verdade de Pernambuco, porque hoje nós estamos numa audiência muito especial, porque tem, além do Ministério Público Federal, tem a Comissão da Verdade de Pernambuco.

**O SR. MANUEL MORAES** – E há interesse público da sociedade pernambucana.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Sugeriria que esses documentos fossem encaminhados diretamente à 9ª Vara, até porque é mais interessante.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – E que fosse assinado, encaminhado em conjunto.

E essa cautelar, que é a última proposta que apareceu, como resolução, que se faça a representação em conjunto, a comissão da verdade...

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Ao Ministério Público a respeito da lotação do delegado.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Que se faça ao Ministério Público Federal junto com a Comissão da Verdade de Pernambuco, que foi a proposta aqui. Aqui estão as propostas de resoluções.

**O SR. MANUEL MORAES** – Eu queria informar ao Ministério Público, na verdade, já foi aberto um procedimento de investigação em Pernambuco, porque desde a instalação da Comissão da Verdade de Pernambuco algumas pessoas têm sido ameaçadas por carta. Essas cartas foram levadas ao Ministério Público Federal, que abriu um procedimento.

Então, o que diz o Protocolo de Istambul e a regra internacional, da qual nós estamos discutindo? Essa é a minha tese. Nós estamos numa transição. Essa transição é internacional, e por acaso começamos agora, mas a experiência internacional é estendida ao caso brasileiro. Veja a resistência que se tem do cumprimento da sentença do Araguaia, e essa resistência se dá dentro do aspecto formal, daquilo que a sentença do Araguaia exige que seja feito, como bem disse o Ministério Público. Não se trata de uma recomendação, mas uma decisão. E em muitos casos a gente tem sentindo uma certa resistência a ela.

Então, acredito que dizer que nós estamos nessa transição e que a experiência internacional, baseada em tratados e convenções fundamenta um pedido, é mais do que uma fundamentação, porque inclusive nós já temos em Pernambuco uma ação do Ministério Público Federal investigando cartas que estão sendo enviadas para ameaçar pessoas, pelos trabalhos que nós estamos fazendo.

Então, a reação a pessoas que estão sendo ouvidas, ou aos comissionados, é um dado concreto da conjuntura, da qual nós precisamos agir, e talvez essa carta seja inibidora, esse pedido seja uma forma de impedir que essa cautelar, que pessoas sejam,

sejam, as ouvidas, ou as que estão sendo ouvidas ou as pessoas que estão trabalhando como comissionadas, venham sofrer, no futuro, ameaças de qualquer natureza.

Acho que é uma forma que o Judiciário tem de colaborar. Não se está pedindo a suspensão das atividades da pessoa, mas talvez o pedido razoável seria que ele não estivesse na atividade fim. Ele poderá ficar na atividade administrativa, meio, mas não na atividade investigativa, porque isso poderia significar, para a comunidade, uma ameaça ao próprio procedimento, que exige a própria ampla defesa. O contraditório exige uma ética profissional. Acho que isso é razoável, do ponto de vista da reflexão.

Mas, o Dr. Cansado Trindade pode falar melhor que eu.

**O SR. JOSÉ DAMIÃO DE LIMA TRINDADE** – É uma honra ser chamado de Cansado Trindade, mas não é Cansado Trindade. Estou cansado também.

Para quem não sabe, o Dr. Cansado Trindade é um iminente jurista da área de direitos humanos brasileiro, que já integrou a Corte de Direitos Humanos, e seria uma honra estar no lugar dele, mas não estou.

Sérgio, uma dúvida. Eu, diferentemente de você, eu não sou penalista, então surgiu essa dúvida. Ela diz respeito à proposta dessa sugestão de a própria Comissão Estadual da Verdade encaminhar ao Juízo da 9ª Vara Criminal os depoimentos colhidos hoje. Minha dúvida é a seguinte. É possível terceiro, porque não é parte, produzir prova?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Entendo que é uma comissão do Estado, responsável por apurar fatos relacionados à ditadura militar, e que no âmbito das suas atribuições legais, legislativas ou da no caso da comissão de Pernambuco, legais, apurou fatos específicos relacionados a um processo criminal, entendo que ela tem plenamente legitimidade. Dificilmente acho que um juiz mandaria retirar dos autos.

**O SR. JOSÉ DAMIÃO LIMA TRINDADE** – Eu penso que é a lógica nesse raciocínio, mas seguramente a defesa vai arguir que a Comissão da Verdade não é parte dos autos e, portanto, não pode produzir prova. Eu não sei o que o juiz vai decidir. Não seria mais seguro enviar, a Comissão da Verdade enviar o material colhido hoje de manhã para você e você seleciona?

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Acho que é melhor a comissão mandar direto para a justiça porque desvincula um pouco dessa coisa de ficar só o Ministério Público como a única instituição encarregada de zelar pelo processo do Edgar de Aquino Duarte. Mostra que há outras, em termos de legitimidade social, mostra que há outras instituições legítimas, investidas de poder do Estado interessadas na solução daquele processo.

Acredito que o Dr. Hélio, se ele receber esse documento, ele vai abrir vistas para o Ministério Público, a gente pede para abrir vistas para a defesa, para a defesa se manifestar, o princípio da ampla defesa. Até sempre digo isso, que nesses casos é dado aos réus o direito que eles não deram para as pessoas que estava ali sob seu poder, ou seja, ter o seu processo, o devido processo legal, com citação, com produção de provas. Eles não vão ser torturados para confessar nada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então, alguém gostaria de acrescentar mais alguma questão? (Pausa.)

Então, queria agradecer, não sei se o senhor vai usar a palavra para suas considerações finais.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Só agradecer, mais uma vez. Segunda-feira nós vamos estar aqui novamente para falar do Aluísio Palhano. Deixei o material ali, tem mais um aqui, então quem tiver interesse tem a cópia da denúncia e a dos documentos que embasam a denúncia.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Excelente. Muito obrigado.

Só queria, antes de passar ao próximo caso, cumprimentar o tenente Paz, Francisco Jesus Paz, primeiro tenente da reserva da PM, nosso companheiro da resistência democrática da PM de São Paulo, e o Vereador Toninho Kalunga, de Cotia.

Segundo caso. Taís, você pode ler o memorial do Dênis Casemiro? Vamos passar ao caso do Dênis Casemiro, assassinado em 18 de maio de 1971.

**A SRA. TAÍS BARRETO** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Taís Barreto, sou jornalista, trabalho aqui na Assembleia Legislativa junto à Comissão da Verdade. Agora nós vamos apresentar o caso do Dênis Casemiro, assassinado em 18 de maio de 1971.

A gente tem os dados básicos, pessoais: nome, Dênis Casemiro, data de nascimento 9 de dezembro de 1942, local de nascimento, Votuporanga, São Paulo, organização política, militante da Vanguarda Popular Revolucionário, VPR.

Dados biográficos. Nasceu em Votuporanga, interior de São Paulo, no dia 9 de dezembro de 1942, filho de Antonio Casemiro e Maria Casemiro. Em sua cidade natal foi pedreiro e trabalhador rural, frequentava o Sindicato dos Lavradores de Votuporanga. A partir de 1967 vai para São Bernardo do Campo, trabalhar na Volkswagen. Nesse período travou contato com Devanir José de Carvalho, também assassinado pelo aparato repressivo do regime militar, e seus irmãos, Jairo e Daniel, este hoje que faz parte da lista dos desaparecidos políticos.

Dênis passa então a fazer oposição à ditadura, quando entra na Ala Vermelha, posteriormente VPR. Desloca-se para o sul do Pará e depois vai cuidar de um sítio perto de Imperatriz, no Maranhão. Nesse local, estava em seu horizonte a perspectiva de levar a termo um trabalho de alcance político e militar no meio rural.

Agora dados sobre a sua prisão e desaparecimento. Em abril de 1971 foi localizado e preso pelo delegado Sérgio Fleury, que o trouxe para o DOPS de São Paulo, onde seria torturado durante quase um mês e assassinado pelo próprio Sérgio Fleury.

A infâmia e flagelo a que foi submetido assim encontram-se relatados no dossiê Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil, 1964 a 1985. Aí tem umas aspas do documento. No DOPS/São Paulo, onde permaneceu sendo torturado por quase um mês, durante esse período era sempre transportado pelos corredores daquele órgão policial com um capuz cobrindo seu rosto para impossibilitar sua identificação pelos demais presos.

Um deles, Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, chegou a conversar com ele durante alguns minutos. Ele estava confiante de que a retirada do capuz era um sinal de que as torturas acabariam e que o perigo de ser assassinado havia passado.

No entanto, Dênis foi fuzilado, em 18 de maio de 1971, pelo delegado Fleury, tendo sido enterrado como indigente, além de seus dados serem alterados para não possibilitar sua identificação.

No livro de registro do cemitério onde se encontrava seu corpo, consta que teria 40 anos, quando na verdade, à época, tinha 28 anos.

A elucidação da sua prisão, tortura e morte começou a ser considerada revisada no ano de 1979, durante a campanha da anistia. Seus restos mortais foram finalmente

encontrados na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, e seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo I da Lei 9140/95.

Agentes policiais. Preso e assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Queria chamar o Sr. Waldemar Andreu, ex-presos político, citado neste memorial, e é o depoente deste caso. Ele veio de Votuporanga para fazer este depoimento.

Muito obrigado pelo senhor ter vindo. O senhor tem a palavra para falar da sua relação com Dênis. O senhor esteve preso com ele, naquela situação. Primeiro falar quem é o senhor, como o senhor entrou para a luta, como o senhor conheceu a família Casemiro. Queria que o senhor fizesse uma introdução, contando um pouco da sua história, para a gente conhecer o senhor.

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – O senhor me desculpe, eu tive uma gripe e estou sofrendo um pouco de surdez, então estou tendo um pouco de dificuldade de ouvir, mas deu para entender.

Eu queria começar dizendo o seguinte. Os dados biográficos aqui estão corretos, realmente foi assim que começou, Volkswagen, tudo isso. Com relação à prisão e desaparecimento, corre uma versão...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Fala um pouco do senhor.

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Eu quero dizer o seguinte. O que tenho a dizer não é muita coisa em termos de fatos, mas em termos de conteúdo acho que é o mais importante.

Eu queria começar pelo seguinte. Sou da cidade de Votuporanga, sou conterrâneo do Dênis e do Dimas, os dois irmãos que morreram, e crescemos juntos na mesma cidade. A partir de 1964 nós começamos a atividade política, que enquadrava nesses dados biográficos dele, a partir de 1964.

Eu tive esses contatos com o Dênis até 1969, depois perdemos o contato. O Dênis era uma pessoa muito cautelosa, ele não era violento, para dizer, ele não tinha intimidade com arma. O negócio dele era cumprir tarefas. Ele era ligado ao campo, então ele sempre falava isso, e era o que a gente percebia que ele fazia.

Ele trabalhou na cidade como trabalhador rural, mas o sonho dele era um sítio, ele falava, no Pará, para ajudar politicamente, cumprir tarefa. E parece que ele conseguiu isso e foi para lá.

Então, depois de 1969 eu fui fazer o contato com o Dênis, é certeza que seria o Dênis, porque é inconfundível o tipo físico dele, não tinha como não reconhecer. Quando ele foi enterrado, em Votuporanga, os restos mortais foram para Votuporanga, eu andei dando umas declarações no jornal regional, que deturpou algumas coisas. Declarações de jornal, os caras queriam fazer notícia e parece que deturparam algumas coisas.

Naquele período, naquele momento no DOPS, a única pessoa que conhecia o Dênis era eu, pelo fato de ser conterrâneo. O Dênis não era uma pessoa que militava na cidade. Ele teve aqui, esses dados biográficos dele são bem antigos, quando ele trabalhava na Volkswagen, nós tínhamos contato. Isso foi coisa antiga.

A partir de 1964, 1965, 1966, ele não participou, ficou meio desligado, depois ele se ligar à VAR-Palmares, ele era cauteloso. A gente ficou sabendo por terceiros que ele tinha conseguido um dinheiro e comprado um sítio próximo de Imperatriz, no Pará. Ele não dava detalhes nem para a família dele.

Mas tinha um camponês lá, que também ia para lá e acabei sabendo desse camponês que ele estava em Imperatriz, no Maranhão, lá no Pará. Falava Pará, mas não dava detalhes. Ele era cauteloso e não dizia nem para a família dele, para ninguém onde ele estava. Na verdade, ele estava cuidando de sítio mesmo. Podia ser que o projeto fosse para treinamento, alguma coisa, mas ele era cuidante de sítio. Ele comprou um sítio, não sei quem arrumou o dinheiro para ele comprar o sítio, mas ele estava lá.

O Dimas morreu, sou ruim de data, o irmão dele morreu em 1971, 17 de abril de 1971, o Dênis morreu em 18 de maio de 1971, mais ou menos um mês depois.

A informação que tive naquele momento é que o Dênis era o meio de comunicação, o rádio, 40 anos atrás, a informação que tive naquele momento é que o Dênis ouviu pelo rádio que o irmão dele morreu. Ele foi para a casa do irmão dele saber, porque ele estava cuidando de um sítio, não estava engajado na luta armada. Ele foi ver, procurar saber da morte do irmão.

Ele tinha dois irmãos em São Bernardo do Campo, dois irmãos e uma irmã, que ele frequentava, e ele foi procurar saber. Ele viu notícia do rádio, não foi Fleury que foi buscar, porque o tempo era muito curto, e depois, veja bem, ele não foi torturado um mês lá no DOPS, de maneira alguma, não foi isso que aconteceu.

E o Fleury não foi buscar ele lá. O Fleury botou campana nos irmãos dele e pegou ele. Quer dizer, se o Dimas morreu em 17 de abril, para 18 de maio é muito curto o tempo para ele ficar sendo torturado um mês. Depois, em Imperatriz, no Maranhão, são mais de 2300 km. E 40 anos atrás demoraria no mínimo uma semana para chegar aqui.

Então, não foi torturado um mês. Não foi. Eu acredito que ele nem foi torturado. Aconteceu o seguinte. Nós percebemos que tinha alguém no fundão, vocês sabem o que é o fundão, no final do corredor tem a cela do fundão, um isolamento, preso novo geralmente ia para o fundão, tinha um preso no fundão, isolado, e o carcereiro que disse que tinha um companheiro nosso lá no fundão. Quem é? Não sei, estou proibido. É um preso do Fleury e nós estamos proibidos de nos aproximar. Chegou de madrugada. Nós ficamos na expectativa. Como só eu conhecia, eu que tirei as conclusões.

De manhã, não sei se era sete ou oito, a equipe do Fleury tirou ele do fundão, encapuzado, e saiu, ele andando normal. Isso bem próximo de 18 de maio, porque eu estava para sair, para ser transferido para o presídio, mais ou menos em maio, bem próximo. Não tem como guardar data.

Ele saiu aquele dia de manhã, voltou à tarde, normal. Isso o Dênis, porque o tipo físico dele não deixava dúvida. Era forte, grandalhão, o jeitão de andar, conhecia o caráter dele. Ficou à noite no fundão, isolado, da mesma forma. E ninguém entrava.

No outro dia, de manhã, fiquei na janela, é o Dênis. Ele passou com uma equipe de três investigadores da equipe do Fleury, encapuzado, e eu chamei: Dênis! Ele se virou. Não conversei com ele. Eles arrastaram ele. Esse foi o último dia que ele esteve no DOPS. Ele chegou uma madrugada, ele saiu um dia, retornou, no segundo dia não voltou mais. Se ele foi torturado, foi torturado em outro lugar.

Outra coisa. A última vez que ele saiu estava andando normal, não tinha, não aparentava tortura. Até estava preocupado, será que ele está entregando? Mas não tem nada para entregar. O Dênis não tem contato, a gente já sabia.

A verdade é a seguinte. Eu estou falando em mudar essa versão do DOPS porque essa foi uma morte, essa questão do Dênis foi uma morte, foi uma vingança, uma represália à morte do Boris. Quem não sabia, circulava na esquerda que o próprio Lamarca esteve numa, circulava, o pessoal de esquerda, todo mundo sabia disso, os movimentos, era divulgado, o Lamarca teve um contato com o Boris num curso de antiguerilha no Panamá e o Boris se apresentou como agente da CIA.



Agora, esse Boris era importante e era preciso vingar a morte do Boris. Pegaram o Dênis como vítima, para vingar. O Dênis nem sabia por que ia morrer. Ele acreditava, pelo comportamento dele no corredor do DOPS, ele estava tranquilo. Acredito que ele acreditava que ele não ia morrer, até porque ele estava cuidando de um sítio. Não devem ter pego ele com arma, não tinha. Não tinha outra razão.

Acontece o seguinte, alguém ordenou, possivelmente foi o Fleury mesmo que executou. Essa outra versão, estou dizendo de mudar da versão, é uma fantasia, isso é coisa que o Fleury passou, que ele pediu pelo amor de Deus para não morrer, suplicou. Isso é mentira, é coisa inventada. Ele não faria isso.

Isso foi feito, foi preparado para poder agradar o mandante. Não se sabe se algum general, algum agente da CIA, se é, por exemplo, algum cônsul. Pode até ser.

Agora, o que caracterizou foi uma represália, uma vingança macabra.

E essa divulgação do Fleury, porque ninguém viu, que o Dimas ajoelhou, pediu clemência, não aconteceu. Pelo que eu conheço dele, ele não faria isso jamais. Ele morreu tranquilo, não sei se foi pelas costas ou pela frente.

Então, eu acho que essa versão de que ele pediu para não morrer não é verdade, não corresponde à realidade, é uma fantasia criada pelo Fleury.

A causa da morte dele foi vingança pela morte do Boris, porque eles tinham que apresentar uma vítima. E não tenho mais nada a declarar sobre isso porque a minha militância foi no período depois de 1964, eu e o irmão dele militávamos no movimento estudantil e ele acompanhava. Tínhamos, até não fazíamos tarefas juntos, mas a gente convivia junto, mas eu conheci bem a personalidade dele, o caráter dele.

Então, eu acho que essa versão de que ele pediu clemência é mentira, fantasia, é coisa inventada pelo Fleury para poder agradar o mandante.

Ora, gente, não é à toa que o Fleury também foi executado. O Fleury, imagina se o Fleury entregasse o cônsul americano, o que ia acontecer?

Então, foi a versão em função dos fatos que eu presenciei. Eu acho que ele não foi torturado, não foi. Ele morreu sem saber por quê. Quem matou possivelmente foi o Fleury mesmo, era essa a tarefa dele, até porque, o que aconteceu? O Boris morreu, o caso foi lá para a Oban, a Oban sabe disso. E por que foi o Fleury? Porque o Fleury era especializado nessa questão de vingança.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando o senhor estava lá, o irmão dele já tinha... Quando o senhor chegou no DOPS?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Não sei. Eu fiquei preso, esse pessoal, eu já estava há dois meses no DOPS quando chegou esse pessoal, o Dimas. Eu já estava fazendo cartório, estava indo para a auditoria no DOPS.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O senhor foi pego onde?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Trabalhando, levando a vida normal. Eu era do MRT, ligado ao pessoal do Devanir, mas a gente tinha rompido, perdido contato há seis ou oito meses. Depois que o Ivan...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – A sua prisão foi decorrente de que processo?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Ala Vermelha, do Edgar de Almeida Martins, um pessoal ligado à Ala Vermelha. Foi em decorrência da Ala Vermelha, um pessoal ligado ao PCdoB. Não tem nada a ver com MRT, com LNM, TPR, nada.

O Edgar de Almeida Martins que foi preso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O senhor tinha quantos anos à época?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Uns 24 anos, um pouco menos que o Dênis, que era um pouco mais velho que eu.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O senhor tinha ligação com a Ala Vermelha?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – A gente tinha contatos. Naquela época era difícil, a militância era muito difícil. Você dependia de contatos. A direção não fazia contato, quem fazia contato eram os quadros intermediários.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos tentar fazer, toda vez que uma pessoa vem depor sobre esses fatos, a emoção é muito forte. Então, e faz

muito tempo que essas coisas aconteceram. Quando ocorre a prisão, a primeira coisa que a pessoa faz é se fechar e negar tudo.

A gente queria que o senhor fizesse um depoimento daquilo que o senhor quer falar, porque senão parece que a gente está reproduzindo aqui um interrogatório policial.

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Os fatos são esses, os acontecimentos no DOPS são esses. O Dênis ficou três dias lá, no terceiro dia desapareceu, nunca mais vi, fiquei sabendo que morreu, primeiro. Segundo...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O irmão morreu um mês antes?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – O irmão morreu exatamente um mês antes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O senhor já estava lá?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Já estava lá. Já fazia três meses que estava lá.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – E o senhor viu matarem o irmão dele?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Não, porque estava preso. O irmão dele foi o seguinte, participou na morte do Boris. O Boris morreu no dia 15 de abril, dia 17 invadiram a casa do Dimas e morreu o Dimas, aqui em São Paulo.

Eu não tinha contato com ninguém. Inclusive nem imaginava que o Dimas pudesse estar envolvido em MRT, alguma coisa. Eu não fazia ideia.

Na verdade, o MRT é uma extensão da Ala Vermelha. O MRT é um movimento, tal, uma extensão. E depois a gente acabou se desligando.

Aí, depois entrou o Dimas, esse pessoal, que eu não tinha vínculo pessoal nenhum com o Dimas, político, nesse período. Não tinha relação nenhuma, não fazia nem ideia.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – O senhor acha que o Dênis Casemiro não foi torturado, mas o senhor não viu? O senhor viu o Dênis Casemiro sendo retirado do fundão por três investigadores?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Normal.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Depois o senhor não viu mais?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Veja bem como é a minha conclusão. O Dênis entrou de madrugada, saiu de manhã, andando normal, voltou andando normal, e saiu andando normal a segunda vez.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Depois o senhor não o viu mais?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Fora daí não sei, mas no DOPS não.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Deu para entender que o senhor imagina que ele não tenha sido torturado.

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Imagino que o objetivo não tenha sido torturar ele, o objetivo era uma vingança mesmo.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Quem fala é Ivan Seixas, da assessoria da comissão. Isso que o Waldemar Andreu fala, obviamente que é uma conclusão, uma impressão que ele tem. O Dimas era da Ala Vermelha, como o próprio Dênis foi, como o Waldemar também foi, e houve uma dissidência da Ala Vermelha, que no ano de 1969 deu no que se chama MRT, Movimento Revolucionário Tiradentes. O Dimas saiu da Ala um tempo depois da primeira dissidência e vai para o MRT.

A ligação entre as duas mortes, entre o Dias e o Dênis, não se dá, em momento algum, por causa da morte do Boris. O Dimas foi morto dois dias depois da morte do Boris, do justicamento do Boris, como o Waldemar apontou, mas o Dênis é capturado no dia 15 de maio, 12 de maio, em Imperatriz, porque ele era ligado ao comando

nacional da VPR, e sei disso porque o Carlos Lamarca morou na minha casa durante alguns meses e o Dênis ia lá para se reunir com Carlos Lamarca. Ele tinha uma ligação direta com Carlos Lamarca.

Os contatos que ele fazia fora de lá da minha casa era com a Inês Itiene Romeu, que era do comando nacional, que fazia os contatos fora, para, em nome do Carlos Lamarca.

E ela tinha como orientação que o Dênis cuidasse de uma área de implantação de guerrilha rural na região de Imperatriz, e uma outra área que tinha no Paraná, duas áreas que estavam sendo criadas a mando do comando nacional pelo Dênis Casemiro.

Então, quando o Dênis foi capturado, porque um camponês que era de São Paulo tem a tarefa de ir junto com o Dênis fazer a implantação dessa área em Imperatriz, ele queria ficar com a área e aí ele se entregou para a repressão e negociou as informações em troca de ficar com a área.

Esse cidadão, que era conhecido pelo nome de guerra Primo, ele é responsável pela entrega de três pessoas, do Aluisio Palhano Ferreira Pedreira, da Inês Itiene, dia 6 e dia 9, se não me engano, de maio, e dia 12, lá em Imperatriz, quando volta para Imperatriz, o Dênis volta para a área onde ele morava, aí ele é preso lá pela equipe do Fleury, trazido para São Paulo, como a Inês também e o Palhano, que estavam aqui, ele era interrogado, é de supor que foi torturado, porque o contato que ele tinha era com o comando nacional da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária.

Isso está aqui escrito no depoimento do Dênis, que ele dá para o DOPS, em que ele relata tudo isso, que ele tinha uma ligação, ainda na época de VAR-Palmares com o Carlos Alberto Soares de Freitas, que tinha dado a ele essa tarefa de montar essa área na região de Imperatriz, e depois ele refaz a passagem que ele vai, quando a VPR sai da VAR-Palmares, porque era uma fusão das duas organizações, volta a ter duas organizações, VAR-Palmares e VPR, o Dênis vai para a VPR e o Carlos Alberto fica na VAR-Palmares, e ele pergunta o que faz com a área, ele diz: você toca essa área com a VPR ou quem quer que seja, porque só ele conhecia.

Então, por isso que a área passa a ser de responsabilidade da VPR. E o Dênis mantém o controle dessa tarefa e tudo mais.

Quando ele é capturado, ele está se reportando, obviamente, ao comando da VPR, e aí as perguntas que fazem aqui nesse depoimento são todas com foco na VPR, porque ele não tem mais contatos com o Carlos Alberto Soares de Freitas nem com a VAR-Palmares, é com o pessoal da VPR. Por isso que ele fala dos pontos que ele teve

com a Inês Itiene Romeu lá no Rio de Janeiro, com a conversa que ele teve lá no Rio de Janeiro com o Carlos Lamarca, ele cita inclusive em determinado momento a conversa que ele teve na minha casa com Carlos Lamarca, e aqui tem inclusive as fotos do sítio em Imperatriz, no Maranhão, tem a cidade, tem o local onde era o sítio, todas as informações estão aqui.

Ele fica dentro do DOPS, o Waldemar, por ser conhecido dele de Votuporanga reconhece essa história que ele conta aqui, mas ele está o tempo todo sendo interrogado para entregar pontos com o pessoal do comando nacional.

E há aqui, e gostaria de ler, um relatório confidencial escrito pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury que relata a morte do Dênis. Gostaria de ler, Adriano.

Relatório confidencial, São Paulo, 19 de maio de 1971. Senhor delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Social. Cumpro o dever de relatar a V. Sa. a ocorrência havida ontem, portanto, dia 18 de maio, por volta das 5h30, no Município de Ubatuba. Esta autoridade e sua equipe voltavam de diligência no Estado da Guanabara, conforme era de amplo conhecimento de V. Sa., portanto ele se reporta ao chefe dele dizendo: você sabia disso, trazendo escoltado o preso Dênis Casemiro Douglas, integrante da organização terrorista Vanguarda Popular Revolucionária, VPR. Quando estávamos nos aproximando do município de Taubaté, o referido preso nos esclareceu que no Município de Ubatuba a organização terrorista à qual era filiado havia estabelecido no meio da serra que dá acesso ao mencionado município um campo de treinamento de guerrilheiros. Como estávamos em horário próximo da aurora resolvi me transportar para o referido local, para que o preso nos desse a indicação e então procederíamos ao levantamento da área e posteriormente, após consultas às demais autoridades, agiríamos de acordo com o plano que viesse a ser elaborado.

Ao iniciar-se a descida da serra, o preso alegou que necessitava, com urgência, realizar uma necessidade fisiológica, solicitando que a viatura fosse parada. As condições não eram favoráveis, pois além da forte garoa, havia uma serração fortíssima, a qual impedia quase que totalmente a visibilidade, permitindo à viatura, apesar de equipada com quatro faróis, um deslocamento nunca superior à velocidade de 30km/h.

Porém, dada insistência do preso, dei ordem para a viatura estacionar e o mesmo descer à estrada. O preso desceu e dirigiu-se à sua beira, simulando tirar suas calças. Eis que então, em movimento brusco e completamente inesperado, conseguiu apoderar-se de arma do policial que se encontrava próximo. Outro policial, diante do ocorrido, fez

um disparo contra o preso, que deixando a arma cair, mergulhou em um matagal e precipício.

Imediatamente perdemos de vista o preso e iniciamos intensivas buscas no local, onde foram feitos vários disparos. Porém, a busca revelou-se infrutífera e então nos dirigimos à Cidade de Ubatuba, que era a localidade mais próxima do local da ocorrência.

Na cidade cientificamos reservadamente ao delegado de polícia local, alertando quanto ao fato de o fugitivo estar possivelmente ferido, necessitando, portanto, de socorros médicos, e continuamos viagem, a fim de serem tomadas providências mais efetivas para a localização e prisão do evadido.

Pela manhã, por volta das 10:00h, este departamento foi cientificado pela autoridade de Ubatuba de que o evadido havia sido internado na Santa Casa local, onde alegara, após contar sua verdadeira identidade e atuação no terror, fato que levou a se positivar tratar-se do fugitivo em questão ter sido atirado pelos policiais que o conduziam em circunstâncias diferentes da real. Porém, a autoridade local, já ciente do fato ocorrido, avisou a este departamento e manteve o preso incomunicável na Santa Casa.

Seguiu então para aquela localidade uma equipe desta delegacia que, no caminho, já se encontrou acidentalmente com o delegado de polícia de Ubatuba que alertado pelo médico que atendeu ao fugitivo, vinha transportando o preso, para que fosse melhor medicado, pois no hospital local não havia condições para seu atendimento médico eficaz.

A equipe recebeu o preso e rumou com toda pressa para esta capital, a fim de que Dênis Casemiro recebesse no Hospital das Clínicas o tratamento de que carecia.

Porém, lamentavelmente, ao se aproximarem do município da capital, o preso, não resistindo aos ferimentos recebidos, veio a falecer, tendo então sido entregue ao necrotério do Instituto de Polícia Técnica para as providências de praxe.

Sem mais, é o que me competia relatar. Atenciosamente, bacharel Sérgio Fernando Paranhos Fleury, delegado de polícia adjunto à Delegacia de Ordem Social.

Bom, essa é a farsa que foi criada para a morte do Dênis. Eu não, pelo que conheço dessa história, não me permito fazer uma ligação entre as duas mortes, dos dois irmãos, do Dimas e do Dênis.

Nesse momento, o que se sabe é que a repressão ia matar as pessoas e estava matando tudo que tivesse alguma importância maior. Para matar o Dênis, a única

explicação é que ele não quis colaborar de entregar as pessoas do comando nacional. Então, o único jeito que eles entenderam foi: se não colabora morre, que era a praxe da época. Era isso.

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Com relação aos fatos, são aqueles do DOPS. O que aconteceu nesses dias que ele entrou e saiu. Não ficou um mês lá, porque eu fiquei lá e ele não voltou mais. Possivelmente ele deve ter morrido ou foi torturado em outro local.

Agora, informação que a gente tem da própria família é que eles fizeram campana na casa dos irmãos, o Fleury aguardando o Dênis, fizeram campana e pegaram ele lá. Essa é a informação que a gente tem, de fonte da família.

Agora, pode ser coincidência ou pode não ser, pode ser toda uma sequência. Então, o relatório do Ivan está na internet e li também. Na verdade, sei lá, não sei até que ponto você pode tirar alguma conclusão em cima também desse relatório.

Eu acho que a gente tem de se apegar aos fatos e procurar pistas. Eu não tenho conhecimento das atividades dele, se ele estava em contato com Lamarca ou não. Então, o que pareceu, pelas informações que a gente tinha naquele momento era que o vínculo dele era com o irmão dele, e poderia ser uma represália. Se não foi, também não dá para saber a causa.

Eu não acredito nessas versões da polícia. Não tenho por que, para quem conheceu por dentro, como funciona a máquina, não dá para acreditar. Era isso que tinha a dizer e não sei se contribuiu. A minha intenção é apresentar o contraditório para ver se a gente chega a uma conclusão. Agora, se procurar pistas, acha. É isso que tinha e agradeço a atenção de todos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tem mais familiares dos irmãos lá em Votuporanga?

**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Têm sobrinhas, um filho, sobrinhos. Têm familiares, sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – E alguém tem consciência política, reivindica?



**O SR. WALDEMAR ANDREU** – Não. O sobrinho dele não dá, tem umas sobrinhas que uma amiga delas tem contato lá. Têm familiares, sim, mas o pessoal ficou tudo amedrontado. O pessoal era meio distante e ficou amedrontado.

O filho está mais ou menos bem de vida e é muito difícil, o sobrinho dele, filho do Dênis, é muito difícil ele se envolver, e ele só tinha um filho. Mas você pode pesquisar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tem mais alguma questão, pergunta ou encaminhamento sobre o caso?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Queria só propor, porque ele, e queria lembrar que o caso do Dênis Casemiro sempre foi um caso levado em conta, pesquisado, investigado pela comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Ele nunca foi esquecido. Ele está... A morte dele, o assassinato e a tortura, sendo denunciados desde 1979.

E outro dado que me chamou a atenção é que a repressão política fez de tudo para esconder o cadáver do Dênis Casemiro. Tanto é que ele foi para a vala clandestina de Perus. Eles não entregaram para os familiares.

Quer dizer, de um modo geral a repressão política buscou ocultar os cadáveres que eram vítimas de tortura. Eles faziam isso, torturavam, matavam. Essa é uma prática da repressão política, e o Dênis me parece que foi um deles, porque o corpo foi ocultado e só foi encontrado com muita luta dos familiares, da comissão de familiares. Pode não ser os familiares do Dimas, mas a comissão de familiares atuou, e na vala clandestina, quando nós acompanhamos a abertura da vala clandestina de Perus, nós denunciávamos que havia, na vala, o Dimas Casemiro, o Dênis Casemiro, o Grenaldo de Jesus, que não é da família, o Flávio de Carvalho Molina, o Frederico Eduardo Mair e o Francisco José de Oliveira, que é o Chico Dialético.

A gente colocava isso em todos os documentos, inclusive na CPI da Vala de Perus, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, está lá na documentação pelo menos seis cadáveres ocultados pela repressão que estariam ali na vala, de presos políticos. E o Dênis era um deles e o Dênis foi identificado graças ao trabalho dos familiares. É bom pensar nisso, porque se a gente não tivesse ido lá no Instituto Médico Legal, buscado levantar informação e no arquivo do DOPS, que na época foi aberto graças a essa luta, foi aberto tanto o arquivo do IML quanto do DOPS, nós buscamos toda essa

documentação e aí nós construímos, nós familiares, construímos essa história do Dênis, e o Dênis passou a ter um corpo, uma história, e foi entregue aos familiares, foi enterrado inclusive com honras na cidade de Votuporanga, que é a cidade natal dele.

Então, quero que fique registrado isso porque isso foi o que aconteceu. O Dênis foi enterrado em 1991. Esses anos todos, ele é morto em 1973, tem essa versão do Sérgio Paranhos Fleury, que mesmo fazendo uma versão mentirosa, não pode esconder que ele estava ferido. Ele não consegue esconder.

Então, a proposta que a gente faz, que estava conversando com o Ivan, é que solicitasse à delegacia de Ubatuba se há o registro desse fato, porque esse cadáver estava lá nessa região, então a delegacia tem por obrigação abrir um inquérito policial em relação àquele homicídio, para esclarecer, porque ali é uma morte violenta, apareceu um corpo vítima de uma morte violenta. E ver se na Santa Casa de Ubatuba houve a entrada, nessa época, de uma pessoa, que era o Dênis Casemiro. Pelo menos averiguar isso, oficiar tanto da delegacia de polícia como a Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então, esse é o encaminhamento, os dois encaminhamentos.

Ivan Seixas tem a palavra.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Só queria falar duas coisas. Primeiro, Waldemar, ninguém está te colocando na posição de acusado. O seu depoimento aqui é importante para esclarecer que o Dênis foi visto dentro do DOPS. Era essa a função do seu depoimento. Então, deixando muito claro, não há uma acusação contra você.

A outra coisa é a preocupação de esconder o corpo do Dênis, que a Amelinha falou, não só de ir parar na vala, mas antes disso, ele é descrito no livro do cemitério como sendo um homem de 50 anos, negro, e ele era branco e tinha 28 anos. Então, a intenção começa já por ali.

E segunda coisa importante é que ele é colocado junto com os outros que vão para a vala, porque são aqueles casos que eles querem esconder. O relatório do Fleury, nitidamente, essa história de que ele caiu numa ribanceira, é para esconder as aparentes torturas que ele sofreu. As fotos que a gente tem dele morto, dá para ver que ele foi torturado. Tem ferimentos de bala, mas ele está visivelmente arranhado em alguns momentos, que é essa desculpa que eles dão, de que ele teria fugido e tudo mais.

Então, só para registrar. Acho que esses dois encaminhamentos, de saber na delegacia e na Santa Casa é porque o registro aqui de São Paulo que o DOPS faz diz que isso aconteceu. Mas a gente quer saber se isso aconteceu mesmo lá. Então, a comissão fazer essas duas solicitações.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ivan, só queria entender uma coisa, porque tive de atender uma ligação quando você começou a ler os documentos e deu uma quebra de sequência de raciocínio.

Por que nós não encaminhamos os dois processos hoje, dos dois irmãos? Por que a gente pegou o Dênis?

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – É porque o Dimas, o caso dele vai ser colocado junto com os outros que morreram, que eram do MRT, que é o Joaquim Alencar de Seixas, Devanir José de Carvalho e Adeval Coqueiro, todos no dia 17 de abril.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Eles são irmãos, mas eles estavam numa atuação política diferente.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Em organizações diferentes, com atuações diferentes. Tinham até um contato, mas não era a mesma atuação coordenada. Por isso que os que foram assassinados, do MRT, são colocados juntos, porque tem uma lógica essa história, que são colocados no dia 17 e o Dênis foi separado para se falar aqui.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – O Sr. Waldemar, aproveitando o sacrifício que ele fez de vir aqui, ele insiste muito que o Dênis teria se deslocado para Imperatriz e a organização teria adquirido uma propriedade e ele estava criando condição de habitabilidade, que era uma região, todo mundo sabe, uma região de recursos estratégicos para o campo. Tem alguma coisa sobre essa questão? Porque no livro do Carlos Alberto, ele estava em Imperatriz, Lamarca estava lá, o PCdoB também andou lá por Imperatriz antes de ir para o Araguaia. Marighella falava de Imperatriz. Tem alguma coisa a mais que não está no processo?

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – O que tem, o outro documento é o depoimento dele, um relatório sobre o depoimento dele, que é o que foi levantado por eles, mas que é verdadeiro. O Dênis era da VAR-Palmares, que quando racha e vai para VPR a área de Imperatriz era uma designação do comando da VAR-Palmares, que era o Carlos Alberto Soares de Freitas, ele vai para a VPR e o Carlos Alberto fica na VAR, aí ele diz: a área está aqui, você fica. Não, você vai com a área e faça o que vocês quiserem na VPR.

E na VPR a área é desenvolvida como uma área estratégica de campo, não uma coisa de vida, de se manter, de viver. É uma área da organização. Aquilo não pertencia a ele, pertencia à VPR.

Do mesmo modo, ele recebe a tarefa do Carlos Lamarca, isso eu sei, porque Lamarca morava na minha casa e o Dênis foi muitas vezes lá em casa, ficava lá brincando no chão com meu irmão, que era pequeno, era um cara que eu conheci dessa forma. E ele recebe a tarefa de montar uma segunda área, no Paraná, que ele estava montando, o que não aparece aqui inclusive nesse depoimento.

E lá em Imperatriz, o camponês, que foi destacado para ir junto com ele, resolve ficar com a área e se vende, se entrega e oferece, se eu entregar as pessoas vocês dão a área para mim? Isso é o que foi falado na época, o Primo, que é mais conhecido como Primo. Tem outro depoimento do Dênis que fala isso.

E o Primo entrega a Inês Itiene Romeu, que lá no depoimento dela, que ela faz perante a OAB, ela fala desse Primo, dizendo que ele entregou ela, diz também que ele entregou o Aluisio Palhano, está no depoimento da Inês, o Dênis em outro depoimento fala isso, e entrega o Dênis. Quer dizer, 6 e 9 de maio, Inês e Aluisio Palhano, e no dia 12, quando o Dênis chega na região de Imperatriz, o DOPS está lá e prende ele e ele vem para São Paulo e fica, do dia 12 ao dia 18. Com certeza ele não ficou um mês no DOPS, porque ele não foi preso, sem nenhuma ligação com o Dimas. Ele é preso dia 12 lá, trazido para São Paulo e assassinado no dia 18.

E ele tinha, todos os contatos que ele tinha era com a direção da VPR, com a Inês Itiene, que era do comando nacional e fazia a ligação com Lamarca, com as pessoas em volta, José Raimundo da Costa, que era do comando nacional também da VPR, com ligação com o Lamarca, e nesse momento, obviamente que queriam esses contatos, porque Lamarca era a pessoa mais cobiçada pela repressão, e é de se supor que perguntavam a ele como chegar ao Lamarca e ele não entregou, tanto que o Lamarca

não cai nada, nenhuma ligação com o Dênis. Vai ser depois, na Bahia, bem diferente. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando teve aquele racha no congresso, que separou a VAR da VPR, que o Carlos Alberto estava chegando de Imperatriz?

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Estava chegando dessa área. E aí o Dênis opta por ficar com o pessoal que sai, que vai formar a VPR e o Carlos Alberto se mantém na VAR. E essa área é fundamental para as duas organizações e o Carlos Alberto fala para levar a área porque nós não temos interesse mais.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – O Primo. Tentaram identificar quem é ele, se ele está vivo ainda?

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – O outro depoimento do Dênis, não estou com ele aqui, mas ele fala o nome do Primo. É um cidadão daqui de São Paulo, de Santo André se não me engano, um operário sem qualificação profissional, e ele é que vai para lá e a mulher dele vai junto, parece que tem um filho, e tem o nome completo dele. Existe essa pessoa.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Talvez pudesse tentar identificar essa pessoa, se está vivo ou não.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – O problema é que tive acesso a esses documentos recentemente, então não lhe passei. Mas o nome do Primo está lá, completinho, dizendo a data e tudo mais. Seria importante para fazer essa ligação.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** – Minha sugestão talvez fosse essa, que a comissão pudesse identificar se ele está vivo ou não.

**O SR. IVAN AKSELRUD SEIXAS** – Vou pegar o documento que tive acesso e lhe passo depois para complementar a ação.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos agradecer a presença de todos. Na segunda-feira, a programação será: tem dois depoimentos, Virgílio Gomes da Silva e Aluisio Palhano.

Segunda-feira, 10:00h, caso Abílio Clemente Filho e Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, pela manhã o Abílio e à tarde o Aluisio.

**O SR. MANUEL MORAES** – Queria inclusive dizer, Deputado, mais uma vez agradecer em nome da Comissão da Verdade “Dom Hélder Câmara”, de Pernambuco, para registrar, eu Manuel Moraes. Na semana que vem vocês vão tratar do caso David Capistrano, que é também pernambucano, então, na prática entendo que nós temos vários...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quinta-feira, David Capistrano.

**O SR. MANUEL MORAES** – Então, nós temos várias situações de desaparecidos políticos de Pernambuco que vieram para cá, ou por conta da perseguição política que havia em Pernambuco, ou pelo fato, naturalmente, de São Paulo ter a relevância que tem, tanto na sua capacidade econômica, mas também política, um centro político importante que naquela época já desempenhava na história do país.

Então, queria dizer que em nome da Comissão da Verdade de Pernambuco nós nos sentimos extremamente recompensados pela visita. O convite que o senhor fez à comissão de Pernambuco foi extremamente importante. A nossa estada nesses dois dias foi, a nosso ver, está sendo e será, fruto, não diria de uma parceria, acho que é uma missão em comum, enquanto duas instituições que estão em busca de um direito a ser construído neste país, que é o direito à memória e verdade.

Então, queria dizer, Deputado Adriano, da minha felicidade em conhecê-lo, pelo brilhantismo da condução que o senhor tem feito nesta comissão. Pode contar com o Estado de Pernambuco, e digo isso porque nós não representamos o Governo e nem o Estado, no sentido de que a comissão é provisória, mas tenho certeza que a nossa comunicação, ou seja, aquilo que nós vamos levar para os Estado de Pernambuco será extensivo a todos os poderes, a todas as pessoas que lá são organizadas, ao movimento social, através do Comitê da Memória.

Então, nós somos extremamente gratos ao senhor, à sua condução, e naquilo que o senhor precisar da Comissão da Verdade de Pernambuco, o senhor sabe que terá todo o apoio. Tudo que o senhor precisar, aquilo que o senhor demandar, inclusive com o tempo, até convidá-lo, para que o senhor possa naquilo que for importante, que em Pernambuco a gente levantar e que tenha desdobramento em São Paulo, que o senhor também possa estar lá em Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Agradeço pelas suas palavras e pelo convite. Vocês vão segunda-feira para Brasília na reunião da nacional?

**O SR. MANUEL MORAES** – Vão dois comissionados, Dr. Roberto Franca e Socorro Ferraz, que estarão lá na segunda-feira, dia 25, porque a nossa comissão, como o senhor sabe, aqui também não é diferente, é um colegiado, nós somos nove comissionados, então nós estamos nos distribuindo nas representações.

Hoje, por exemplo, nós tivemos o lançamento, e é uma informação importante, Deputado, de um projeto pioneiro chamado Clínicas da Memória, que acredito que seria importante também nós enviarmos para o senhor, na possibilidade de também ser feito em São Paulo.

O que é a Clínica da Verdade, nesse sentido da memória? É porque os depoimentos que nós estamos ouvindo e vendo, eles também podem “*startar*”, tanto nos depoentes como nos comissionados, procedimentos de depressão, situações de vulnerabilidade psicológica, psicossocial.

Então, nós temos um projeto aprovado, onde todas as sessões que nós vamos ter terão um profissional da psicologia. Esse profissional vai nos orientar sobre situações que nós inclusive já passamos no estado, porque, por exemplo, nós tivemos o próprio caso Natália, que eu relatava em outra oportunidade ao senhor, que foi uma sessão extremamente, digamos, tensa, do ponto de vista de tudo que a gente acredita, porque na verdade nós estamos lidando com uma violação, como disse o Ministério Público Federal, que é imprescritível.

O desaparecimento do corpo, ou a tortura, seja ela física ou psicológica, deixa marcas para o resto da vida das pessoas. Então, os depoimentos precisam ser acompanhados de uma estrutura psicológica para que tanto a pessoa, a partir do pedido dela, tenha suporte psicológico, porque um relato aqui na comissão pode “*startar*” um processo de vulnerabilidade.

Então, dizer da nossa felicidade, mais uma vez, do seu trabalho ímpar no Brasil e de nossa total solidariedade a São Paulo, porque nós somos, não só pernambucanos ou paulistas, nós somos brasileiros. Para nós é um orgulho imenso estarmos vivendo neste momento em que o Brasil é passado a limpo. Que bom que nossa república se torne mais democrática. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Só queria dizer, primeiro agradecer a presença de todos, Dr. Sérgio.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo é composta pelos Deputados e tem na sua assessoria o Ivan Seixas, Amélia Teles, Renan Chinaglia, Ricardo Kobayashi, Taís Barreto, Tatiana Merlino e Vivian Mendes.

Muito obrigado a todos e a sessão está encerrada.

\* \* \*